

OBSERVAÇÕES PESSOAIS DE UM PROFESSOR DE DIREITO EM REPRESENTAÇÃO DO BRASIL

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho

Catedrático de Direito Administrativo na Fa-
culdade de Direito da Universidade do Paraná

N O T A : Designado várias vêzes para participar de congres-
sos internacionais, o professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho,
em viagem de representação por vários países do mundo ocidental,
fixou impressões pessoais e políticas que merecem registro. Tanto em
Santiago do Chile, como em Genebra, Paris ou Nova York, realizou
trabalho ainda bastante atual. Muitas das suas observações, pelo
tempo que passa, podem estar superadas. Na sua grande maioria,
quando publicadas em artigos de jornal, tiveram a acolhida de or-
gãos da imprensa brasileira, como o "Jornal do Comércio" do Rio
de Janeiro, o "Diário de S. Paulo", da capital paulista e o "Diário do
Paraná" de Curitiba. O sentido jurídico e político das críticas feitas é
sempre constante e permanente. Como Representante-Suplente na IV
Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, como Obser-
vador Parlamentar na X Assembléia Mundial de Saúde, também co-
mo Observador na XI Conferência Geral da UNESCO e, depois como
Membro da Delegação Brasileira à XVI Assembléia Geral das Nações
Unidas, manteve seu espírito voltado para o estudo e conhecimento
dos mais importantes problemas internacionais. Algumas questões já
alcançaram o êxito dos pronunciamentos históricos. Outras ainda per-
manecem no debate que caracteriza o conflito entre Estados, reve-
lando a profunda crise do mundo moderno.

CHANCELERES E JURISCONSULTOS

Santiago do Chile — Setembro de 1959 — Estava ainda a opi-
nião pública chilena impressionada com o resultado da Reunião dos
Chanceléres, quando aqui chegamos para participar da IV Reunião
do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, convocado sob a ins-
piração da **Organização dos Estados Americanos** para decisão de pro-
blemas ligados à sorte jurídica continental. De fato, a Delegação Bra-

sileira, chefiada pelo Ministro Horácio Láfer, colocou-se pela sobriedade e evidência dos propósitos em tão alto destaque, — destaque significativo para o êxito da política exterior do Brasil, — que a imprensa e a opinião especializada, aliando Chile à nação brasileira, marcavam a identidades dos propósitos políticos. A passagem rápida de Láfer por Santiago, a sua palavra límpida que trouxe do Brasil, em conversas com Herter e Donoso, — serviu para definir e fixar, em têrmos de reciprocidade de confiança, a posição da política exterior do Presidente Kubitschek, hoje consagrada nos meios políticos internacionais como passo avançado no sentido da atualização política da **Doutrina de Monroe**. Não basta que a América seja para os americanos. Preciso será não esquecer a existência aqui, do Atlântico ao Pacífico, de um povo que vive as mesmas dificuldades econômicas de um mesmo mundo, - de um mundo asfixiado pela fome e pelas indeterminações do futuro, — existindo apenas pela esperança que não morre da chamada salvação última.

Cumpre a sinceridade afirmar o quanto não repercutiu nesta parte do continente sul-americano, a política enunciada e iniciada pela aceitação da **Operação Pan-Americana**. Nos propósitos dela — da Operação Pan-Americana, — estava o sentimento americanista do Brasil através do Chefe do Governo brasileiro, numa hora de amargura para os homens livres que vivem o drama do sub-desenvolvimento latino-americano. Láfer deixou em Santiago rastros marcantes do pensamento do Brasil com respeito às demais nações americanas. Não falou sómente em nome do povo brasileiro. Falou também em nome do seu Governo, pedindo a enunciação dos princípios da "Carta" que hoje pertence ao patrimônio de cultura das nações continentais, como imperativo decisivo de uma política de **boa vizinhança** e de respeito à soberania de cada povo. O Brasil falou em Santiago de duas coisas importantes: **ordem constitucional e legalidade constitucional** Dentro da tese, — defendida num país como o Chile considerado ardorosamente amante da boa aplicação das leis, — sómente o fato de defender-se o regime representativo e a paz contra as revoluções, deixou a representação brasileira com responsabilidade de atuação na próxima Assembléia das Nações Unidas. A nação brasileira esteve presente em Santiago. Necessária sua continuidade de presença em Nova York. Quando o Brasil, pelas suas forças mais representativas, atuando no plano internacional, mostra a vontade que possue de encontrar soluções **legalistas** para o avançamento do problema econômico, está refletindo anseio que é nosso e também universal.

Passada a **Conferência dos Chanceleres**, nesta mesma cidade chilena, reuniram-se os jurisconsultos americanos. Para satisfação nossa, o Brasil manteve a mesma posição de destaque inconfundível. Se antes defendíamos a realidade de uma **atitude política**, agora estamos defendendo a realidade de uma **atitude jurídica**. O comportamento do professor Vitor Nunes Leal, provocou a admiração de ju-

ristas das três Américas. O Brasil, pela palavra do Sr. Nunes Leal, revelava a unidade do seu pensamento humano, pelos instrumentos da **política** e do **direito**, — únicos instrumentos capazes de assegurar o bom entendimento e a tranquilidade social para o homem americano. O representante brasileiro, para êxito de sua delegação, defendeu no campo das conquistas jurídicas, os mesmos princípios defendidos pelo Sr. Horácio Láfer no campo das conquistas políticas. Ambas as **conferências**, de chanceleres ou de jurisconsultos, deixaram para o Brasil, larga margem de crédito público. Esse crédito sómente poderá aumentar no sentido das nossas responsabilidades de governo e de liderança, — de governo num país de representação democrática e de liderança num país que está encontrando a cada momento, os aplausos sinceros e unâimes das nações que compõem o continente americano. Numa conferência como a de agora, — como a da IV Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, com a participação das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (ONU e OEA), — cujos representantes foram os Srs. Yuenli Liang e William Sanders, respectivamente, Diretor da Divisão de Codificação e Secretário Geral Adjunto da Organização, mais uma vez ao Brasil coube a tarefa de saber dizer ao mundo o quanto significa para o sôssego universal o tradicional **bom entendimento** entre as nações americanas.

A IV REUNIÃO DO CONSELHO INTERAMERICANO DE JURISCONSULTOS.

Santiago do Chile — Setembro de 1959 — Em virtude de convocação feita pelo Conselho dos Estados Americanos, reuniu-se na cidade de Santiago do Chile, em **quarta reunião**, o Conselho Interamericano de Jurisconsultos. Essa “quarta reunião”, contando com a presença de representantes das repúblicas americanas, trouxe à debate teses e problemas cuja importância para a América ficará marcada em termos de **entendimento jurídico e compreensão humana**. Não será nunca demais exaltar os resultados dessa IV Reunião Interamericana de Jurisconsultos. Cabe à América, neste mundo conflagrado pelas mais diferentes crises, dar exemplo de um pensamento jurídico e de uma legislação específica, que podendo afastar o perigo das **revoluções erradas** também possibilite a garantia daqueles direitos chamados de **humanos**. O homem americano, dirigente ou cidadão do povo, líder ou liderado, não difere em sua fisionomia emotiva ou psico-fisiológica do homem das outras partes do mundo. No sentido político vive no atropélio provocado pelas mais profundas conquistas sociais e políticas. Vive certo de que alguma coisa existe face à transformação dos fatos, que alguma coisa existe capaz de unir pelo sentimento dos **direitos humanos**. Com a presença do Brasil e o comparecimento de Costa Rica, Argentina, Estados Unidos, Venezuela, Equador, Bolívia, República Dominicana,

Nicarágua, Cúba, Perú, México, Paraguai, Haití, Colombia, El Salvador, Uruguai, Panamá, Chile, com exceção de Honduras, as nações americanas se encontraram em Santiago para debater **problemas jurídicos** da mais relevante importância para as relações internacionais americanas.

Conforme o disposto no Estatuto do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, a Agenda da **Quarta Reunião** foi preparada pela Comissão Jurídica Interamericana e aprovada pelo Conselho da Organização dos Estados Americanos, na sessão de 28 de Janeiro de 1959. Mas a IV Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, em sua primeira sessão plenária, realizada em 25 de Agosto, modificou a **Agenda** no sentido de incluir outros temas confiados à Reunião pela V Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores. Na modificação da **Agenda** os assuntos incluídos inovam em matéria de Direito Internacional Público, criando condições próprias para o estudo sobre a relação jurídica entre o respeito dos direitos humanos e o exercício efetivo da democracia representativa. Determinar aquêle direito que seja **humano** no quadro das condições da vida política americana, constitue avanço que jamais deixará de ser considerado como nova etapa na conquista do reconhecimento dos direitos da **personalidade do homem**. Apreciando as resoluções tomadas sobre **asilo diplomático**, sobre **delitos políticos**, lembrando o projeto de **convenção sobre extradição**, observando as reservas sobre os tratados multi-laterais, fazendo o levantamento da contribuição do Continente aos princípios que regem a responsabilidade do Estado, enriqueceu-se nosso patrimônio de cultura intelectual com decisões marcantes que fizeram da IV Reunião de Jurisconsultos nova etapa de reconhecimento dos direitos do homem no espaço social.

Quanto à resolução primeira, — **asilo diplomático**, — ficou com a Argentina e Estados Unidos. A resolução terceira, — estudo sobre delitos políticos, — com o Paraguai. A resolução quarta, — projeto de convenção sobre extradição, — também com a Argentina, República Dominicana e Nicarágua. A resolução décima, — reserva aos tratados multi-laterais, — com o Brasil, Estados Unidos, Bolivia e Chile. A resolução vigésima, — sobre direitos humanos, — ficou ainda com a Argentina, os Estados Unidos e México. A relação que possa existir entre o exercício efetivo da democracia representativa e o respeito pelos **direitos humanos**, dinamizando o Direito Internacional Americano, foi a preocupação constante da **Reunião** cujo esforço e trabalho, com objeto nos direitos civis e políticos, transformando-se em projeto de 88 artigos substanciais, inclusive criando uma "Comissão Interamericana de Proteção aos Direitos Humanos" e uma "Corte Interamericana de Direitos Humanos". Observa-se, que o pensamento jurídico caminhou bastante, procurou caminhos de maior proteção contra a força material ligada às leis de exceção, prevenindo contra possíveis abusos de poder, neutralizando toda sorte de violências pessoais, princi-

palmente em defesa daqueles que perdem na roda da fortuna das competições políticas. Ao homem derrotado, ou para êle, não se pede nem perdão, nem clemência, mas respeito. No curso final dos trabalhos duas significativas homenagens foram prestadas: ao Chancellor Raul Fernandes e ao Professor Andrés Bello. Ao brasileiro Raul Fernandes como um dos mais ilustres juristas da América e por seu desempenho como Presidente da Comissão Permanente do Conselho. E à memória do Professor Bello especialmente pela sua contribuição no campo do Direito Internacional e precursor dos internacionalistas da América.

A INGLATERRA E A PROJEÇÃO DO BRASIL

Londres — Julho de 1960 — Na quietude agitada do Hyde Park, ouvindo a fala de nervosos oradores trepados em cadeiras e bancos e dizendo mal do governo inglês, do Partido Conservador, de Mac-Millan e de Churchill, numa linguagem carregada de sabor popular, bem meditando concluimos que o problema do homem em face da política, reside num só ponto: **a tomada do poder**. O negativismo é "universal" em tôda parte. As mesmas críticas que recolhi para a Rainha Elizabeth serviriam para o General De Gaulle. Raros foram os elogios pronunciados. O lado obrigatório da minha escolha para assistir o espetáculo dos comícios londrinos estava localizado precisamente na entrada principal do **Parque para a Oxford Street**. Atravessando a "grande" porta lá se encontravam os pequenos grupos de dezenas ou centenas de pessoas. Mas o curioso é que entre os assistentes haviam japoneses, muçulmanos, indianos, gregos, franceses e até brasileiros e ingleses também. Os oradores, moços e velhos, não escondiam a insatisfação contra o governo. Dois dêles chamaram a atenção. Um moreno, parecendo oriental, no **seu** elogio ao Partido Trabalhista. Depois de falar alguns minutos, — se é que o meu inglês era de bom entendimento, — começou esbravejando contra a mesma organização partidária acusando seus dirigentes de pouca aproximação com a Corte de St. James e completo desconhecimento da política colonial. Dizia que os **trabalhistas** deviam abandonar o **trabalhismo** que no governo com o Sr. Clement Atlee, se tornara mais conservador que o próprio Partido Conservador. O outro, falando na proximidade de uns cinco metros, cantando suas palavras com bastante calma teatral, defendia **a era vitoriana**, os comunistas, a expansão da Inglaterra, deblanderando contra o excesso de população de Londres de britânicos e de estrangeiros. "Ao tempo da Rainha Vitória, sim! os ingleses marchavam para conquistar o mundo lá fora deixando Londres em paz". Havia acontecido em Paris a reunião das **quatro grandes potências**. Para os londrinos políticos do Hyde Park a reunião nascera fracassada. As democracias estavam temerosas das gargalhadas e das mágicas de Kruchev. **"Kruchev enganava governos mas nunca o povo inglês que possuia gente muito pior do que êle"**. Também Eisenhower era vítima das críticas pitorescas. Cer-

to orador invectivou que o presidente americano andava fantasiado de **paisano** sem qualquer quebra da sua situação de militar. Outro orador, ainda falando de Eisenhower, pediu que não acreditasse nos líderes da Grã-Bretanha, "que fizesse a paz sózinho ou sózinho garantisse a guerra". Impressionante a liberdade de articulação verbal do orador popular inglese! Visitando sem qualquer protocolo o Westminster trazemos impressão de como funciona um **sistema**, mas a de democracia, mesmo não representativa, encontra-se nas ruas, digo melhor na gente que fala e assiste "meetings" no Hyde Park. Naquele pequeno tabuleiro do mundo jogam desconhecidos que a lenda afirma se haverem "transformado" em grandes homens. Verdade ou não, lições de liberdade, são ali recebidas todas as tardes. De liberdade ou de coragem na afirmação de dizer claro aquilo que pensamos que seja a **verdade política**. Mas em todos os grupos, com oradores e assistentes, pré-existe e permanece a vontade da tomada do poder. Sem o sucesso político não há vida política. Nisso os ingleses são mestres quando lembram Gladstone e Disraeli, Lloyd George ou Mac-Donald. No fundo todos acreditam na "boa sorte". São felizes assim. São felizes e oferecem ao mundo grande exemplo, — se assim podem acreditar, — de boa vivência social. O inglês acredita na Inglaterra. Principalmente o inglês comum acredita salvar a Inglaterra, mesmo que a nação, como agora, não aguarde e nem precise de salvadores.

A admiração que os britânicos mostram pelo Brasil está precisamente nas diferenças que são características a ambos os povos. Brasília assustou a Inglaterra. Possuindo uma arquitetura estrutural quase idêntica na Corte e nas Colônias, o inglês recebeu a construção da nova capital brasileira com pasmo e admiração. No campo, como nas cidades, as casas inglesas sistemáticamente são as mesmas, tanto por dentro como por fora. Diferem no tamanho e na riqueza sem violação de unidade no conjunto arquitetônico. Assim me falou também ilustre anglo-brasileiro, cuja obra científica de arqueologia sobre "Lagoa Santa em Minas Gerais", — fazendo ciência pura, — não esquecendo nunca a magnífica contribuição do Sr. Gilberto Freyre, — extroverteu um pouco da cultura brasileira. Trata-se do professor Harold Victor Walter, que escreve agora para os ingleses as suas "memórias" do Brasil, recordando inclusive o episódio do Forte de Copacabana. Kubitschek não é figurante nas reuniões do Hyde Park, mas está sempre lembrado e discutido como se fôra daqueles personagens da legenda histórica britânica da "Guerra dos Boers". Assis Chateaubriand, ainda mesmo ausente, recorda o Brasil. O nobre caboclo nordestino, de casaca e de maneiras modelo à **Regent Street**, transformou-se em participante do palco oficial londrino. O embaixador brasileiro, homem da Corte de Elizabeth, revelou tanto tirocinio de conhecimento das coisas britânicas, que aqui em Londres melhor se assemelha à membro ilustre da Câmara dos Lords. O Diretor dos "Diários Associados", — fora momentâneo cartaz agora obtido pelo presidente

Frondizi face o "affaire" com Israel, — junto com o Presidente Juscelino capitaliza os interesses londrinos para com a América do Sul. São os dois nomes sul-americanos melhor conhecidos nas rodas de St. James. Com Brasília, — não esquecendo por impossível Niemayer e Lucio Costa. — o Brasil atingiu, queiram ou não queiram, o **climax** de preocupação universal.

A distância ensina muita coisa aos observadores menos atentos. A política exterior do Brasil. — Láfer deveria visitar a Europa, — merece crédito em todas as camadas sociais interessadas nos problemas políticos ocidentais. Considerado potência de expressão econômica e populacional, o Brasil é recebido em qualquer das suas manifestações, com verdadeiro carinho e incondicional respeito. Ouve-se falar na "Operação Pan-Americana", como substituindo na esfera dos negócios internacionais, a Doutrina de Monroe. A responsabilidade americana escapou dos limites geográficos da América. Seria interessante, que por ocasião das comemorações **henriquinas**, o Presidente Kubitschek visitasse a Inglaterra e sendo possível as nações européias mais aproximadas do Brasil. Esta Grã-Bretanha da atualidade deve ficar na atenção dos brasileiros, principalmente na atenção dos governantes afeitos à direção dos negócios de política exterior do Brasil. Os reflexos da opinião de Londres sobre os países que fazem a conjuntura mundial, — não esquecendo que o Brasil é um deles, — pesam na decisão das assembléias internacionais, forçando **entendimento** da política inglesa, não para concordar está claro, mas sim para debater em termos próprios de conhecimento recíproco e comum. Não só a Inglaterra deve conhecer melhor o Brasil. O Brasil também deve conhecer a Inglaterra saindo daquele abstracionismo político isolacionista que nos faz esquecer da Europa, para tão somente lembrar e viver os problemas sul-americanos. Na verdade que os problemas sul-americanos são problemas **brasileiros**. Não obstante nossa dedicação a êsses problemas, — como Láfer tem feito nas suas vigílias de orientação constante em Nova York, Otawa, Buenos Aires, Santiago ou Montevidéu, — num será possível esquecer o **rumo do ocidente** europeu. Muito menos esquecer esta Inglaterra, tão importante quanto a Russia e os Estados Unidos, onde o governo se faz criticado nas praças e nas ruas e o povo jamais deixou de se aperceber das fraquezas hoje históricas que permitiram o sucesso de duas guerras contra a humanidade. Em todos os motivos oratórios do Hyde Park um fato permanece: aqui como nas Américas o homem do povo não busca a guerra. Dentro do seu eterno nervosismo discute e grita **belicosamente** procurando a paz. O "continente" brasileiro, como falam, desde que atingida a **linha do Equador**, não pode ficar estranho às condições da fisionomia universal do mundo. O isolamento do Brasil não é nada bom para as nações democráticas. Elas sabem disso. Nós ainda não sabemos ou não queremos saber. Mas o dia está chegando em que o Brasil será convocado para discutir os **desastres** do mundo. Não vamos, então, quando chegar o momento, mostrar surpresa da nossa posição, por-

que essa posição é nossa e não admite qualquer fraqueza de conduta política. Para o Brasil é sómente uma questão de perseverar e trabalhar mais do que os outros.

ISOLACIONISMO ECONÔMICO

Paris — Julho de 1960 — Quando depois do fracasso da conferência aqui em Paris das chamadas "Quatro Grandes Potências", os interessados na defesa da paz deveriam abrir os olhos para problemas elementares que se constituem em verdadeiros conflitos continuados. Um desses problemas, — cuja intensidade aumentou nos últimos anos — seria a condenação do isolacionismo econômico e o combate à heterogeneidade da economia mundial. No capítulo do Direito Internacional cumpre não esquecer a importância e valor das relações econômicas exteriores. Aqui está uma triste evidência: as guerras quase sempre surgem da força imperativa de **heterogeneidade da economia mundial**. A falta de intercooperação, as diferentes economias nacionais, o intercâmbio comercial de valores e serviços, contribui para a inexistência do equilíbrio dentro da livre concorrência ou da legal competência da prática comercial entre as nações soberanas. As viagens, — sem a tortura do didatismo teórico, — muito poderiam ensinar os economistas do nosso tempo. A guerra, então, — pelo menos esta última guerra ainda não esquecida, — mostrou as condições negativas da intercooperação internacional. Os povos estão se fechando cada vez mais dentro das comportas dos diferentes sistemas políticos. No sentido da **política pura** e dentro dos fundamentos da sociedade universal, o que temos feito é avançar barreiras, criar normas cambiais complexas, limitar as atividades do trabalho internacional em prejuízo do melhor entendimento entre as nações livres. Como as viagens, — também a história, — seria um repositório de interessantes ensinamentos para aqueles que sinceramente querem evitar, — para evitar a guerra — o conflito entre os poderosos de todas as épocas. Mas assim não está acontecendo. Estamos retrocedendo ainda mais. Ninguém se preocupa, — em termos de verdade social, — com linhas de formulação de nossa conduta na política econômica internacional. Em todos os países sempre a mesma palavra de ordem: é preciso aumentar a produção, é preciso desenvolver a exportação, é preciso incentivar a aplicação de novos capitais ou investimentos, sem porém, medida alguma tomar para melhor entendimento, mais fácil liberação de créditos ou para adoção de barreiras fiscais e alfandegários menos burocratizadas pelos formalismos administrativos ou policiais.

Não duvidamos que para uma possível integração de todos os países e para a coordenação internacional das **economias nacionais**, nos seja necessário, no menor espaço de tempo possível, alcançar a realidade do livre câmbio, — sem imposição ou limitação de restrições cambiais, — como fórmula ideal e segura de organização de todo o comércio internacional. O Brasil como nação nova e forçada à conquista de variadas áreas econômicas para abrigo da sua diferenciada pro-

dução comerciável, deveria ser o primeiro, — na luta contra os ranços da economia tradicional, — vamos dizer economia colonial, — a estabelecer disciplina para a abertura dos seus portos e fácil trânsito das suas mercadorias, principalmente com países da América e da Europa, para os quais nossa economia é indispensável ao gôsto e ao equilíbrio dos respectivos mercados internos. Nações como o Brasil não se devem permitir fechar através de barreiras fiscais e alfandegárias. Não se aumenta a riqueza pública de um país com limitações ao comércio lícito, muito menos limitações àquele comércio produtor das melhores divisas de valor cambial ou de troca comum. Observando as condições da Europa atual, — não obstante os desencontros de pensamento político, — devíamos como obrigação buscar as melhores lições para atualização da política econômica internacional do Brasil. Não pregamos o "internacionalismo" para a economia brasileira, mas somos obrigados a admitir que uma **posição dinâmica** sem o complexo de demasiadas normas fiscais proibitivas seria muito mais natural e lógico que uma posição romântica de **enclausuramento** como se fôssemos um povo temeroso das disputas comuns no jôgo de competições do livre comércio internacional.

O PORTUGAL "ETERNO" DE 1960

Lisboa — Julho de 1960 — Observando o comêço do desenrolar das festas "henriquinas", pude sentir melhor de perto a sensibilidade da alma portuguesa. O português, continua o mesmo homem de sempre: bem falante, curioso das coisas da vida, independente, muito cheio de espírito cívico. Mesmo quando nos afirmava Miguel Torga ser Portugal uma "ilha cercada de Espanha e de água por todos os lados", víamos nos olhos do escritor de Coimbra aquêle brilho penetrante que define um espírito "revolucionariamente" português, tal como aconteceu com Guerra Junqueiro, Camilo ou Eça de Queirós. Portugal, mesmo ilhado, guarda características tão próprias de independência mental, — características capazes de manter um povo na história inconsequente dos "fatos" europeus. O episódio napoleônico não alterou a forma da consciência portuguesa. Duas guerras não lhe marcaram transtôrnos psicológicos. No próprio sistema político que adotou, — queiram ou não queiram os seus adéptos, — vemos esta incrível verdade: poude superar o perigo dos militarismos ambiciosos que n'outras partes asfixiaram a República e mataram as liberdades públicas em nome de castas ou de princípios que nunca conseguiram convencer por serem tardivamente históricos para qualquer mentalidade não afeita às violências do espírito. Portugal continua sózinho, mantendo sua conformação humana, admirado e respeitado, — cordial na admiração e forte no respeito dos povos ocidentais.

No entanto, assim o podendo, nunca fugiu à sua missão ocidental. Ainda não faz muito, escrevia no "Diário de Lisboa", o escritor João de Barros: "Portugal, pela geografia, pela história, pelas suas

relações com o Brasil, ninguém ignora que seja um país cem por cento ocidental". Dentro daquela afirmativa que chama de "**espírito-heleno-romano-cristão**", o português vem permanecendo constante nas suas tradições, principalmente as tradições políticas de respeito à ordem histórica, sem que os arroubos da crítica subterrânea existente possam abalar o prestígio, mesmo o prestígio discutido e muitas vezes negado do "homem" Oliveira Salazar. Tanto é assim, que os adversários do governo, por posição de espírito ou de sentimento intelectual, todos êles quase sem exceção, quando falam dos acontecimentos vindouros, apenas situam os problemas na **sucessão** de Salazar. Ouvindo falar de nomes, o nome que mais se repetia era o do professor Marcelo Caetano, atual Reitor da Universidade de Lisboa sempre indicado com os clássicos elogios de estilo como aquêle capaz de substituir o atual Presidente do Conselho. Tudo podendo acontecer dentro do **procedimento histórico** os dias correntes são relativamente tranquilos não anunciando qualquer ameaça de subversão violenta da ordem, nem qualquer mudança da política exterior de Portugal com respeito ao Brasil e ao "complexo" dos problemas ocidentais.

Em Coimbra sentimos com a mesma intensidade o vigor do espírito português. Coimbra é uma cidade onde o livre debate não esbarra no limite das coisas políticas. Pode ser, como dizem, que não se possa escrever para publicar, mas o que se diz e o que se fala, entre êles e com nós outros, demonstra a inteligência crítica do português, sejam quais sejam as circunstâncias, mesmo que essas circunstâncias sejam daquelas que impeçam o livre acesso às funções públicas. Mas o problema bem visto e examinado, não é sómente de Portugal. Ele existe na Inglaterra onde as limitações são maiores e as exceções apenas de caráter histórico. Também na **aristocrática** Itália das manifestações comunizantes. Também no Brasil. Os que acreditam na existência de um "**conceito social de poder**", — mesmo examinando o fenômeno dos Estados Unidos, — verificarão, sem grandes sustos, que **esse poder** na sua condição política, salvo algumas modificações espaciais, é sempre o mesmo, tanto na China como na outra China nacionalista. O que vale em Coimbra, — porque de lá sómente recordações podemos trazer, — é o sentimento da "Sala dos Capelos" cuja memória está no futuro, — naquele futuro que é história através da rigorosa atenção às determinações do passado, suas formas, sua tradição, sua poesia, seus discursadores e cantantes acadêmicos.

Esse mesmo **sentimento** se faz **pensamento** na Universidade de Lisboa. Admirável uma solenidade havida e amplamente divulgada pela imprensa, onde o professor Marcelo Caetano recebendo os alunos que frequentaram o curso jurídico de 1930 à 1935, declarou "ser grande a alegria que sentia em receber os antigos alunos daquela Faculdade nesta sua romagem de saudade". Acentuava **que o país é aquilo que fôr o seu escol** e **que esse escol são os homens de**

direito. Citava o "fato do professor Martinho Nóbrega de Melo se haver doutorado tendo uma duzia de concorrentes, no tempo em que o Diretor da Faculdade era um político e como todos os políticos tinha as suas ligações e simpatias". Referia-se ao professor Afonso Costa. E concluia: "mas esse homem pôs acima da sua ideologia e partidarismo, a escolha dos melhores valores desse concurso. Demonstra isto, **disse**, que nesta Faculdade, nunca se albergaram sentimentos mesquinhos". Assim é Portugal de 1960. Como em toda parte, por condição do **processus** político, há insatisfação e há ambição. Há os que aplaudem e há os que sabem condenar. Assim tinha que ser... Assim sempre será onde regimes não se efetivarem pela força das armas ou dos comandos autocráticos.

Voltando à Miguel Torga, cuja expressão naturalmente escapou às medidas portuguesas destes últimos anos, — ao Miguel Torga incomum, verboso de afirmações, ansiado de realizações espirituais, incontido dentro de Portugal, — diríamos como ele mesmo diz que falam dele: — "como é possível, que havendo um regime como existe em Portugal, — regime político está claro, — possa alcançar maturidade um escritor da formação de Torga"? A resposta não é especulativa, mas é prática: Portugal não mudou no transcurso da história do mundo. Nem Portugal e nem os homens de Portugal. Fazendo justiça, seria injusto esquecer, em diferentes tempos, o **universalismo** de Antônio Nóbrega e Fernando Pessoa. Seria injusto não lembrar Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, João Gaspar Simões, Jaime Cortezão e Joaquim Paço D'Arcos. Lamenta-se não alongar a relação daquele pessoal humano que é marcante do pensamento português da atualidade. Marcante do seu pensamento artístico e literário. Marcante do seu pensamento político. Não será nossa intenção levantar nomes para fixar personalidades distintas. Mas o contraste assim o permite, como permitiu a existência de Fialho e Junqueiro em uma época em que o **Reino** de Portugal pertencia a uma única família, nunca ao povo português.

Nas festas "henriquinas", como num dia de Santo Antônio de Lisboa, — o dia 13 de Junho, — qualquer pessoa poderá compreender a alma inquieta de Portugal. Sua veneração pelo Santo Padroeiro ou a **santificação** de vultos históricos trazem à compreensão do estrangeiro este fato diferente: — os portugueses, ao contrário do que se pensa, não são ilhados na Península. Muito pelo contrário: continuam nascendo cada novo sol que surge com a mesma inquietação que projetou Portugal nos séculos passados. Aljubarrota não é uma "epopéia". É um sacrifício aos "deuses" da história. Nos limites das fronteiras peninsulares e atlânticas, Portugal continua o mesmo de sempre, — escrevendo e falando a mesma língua, vivendo e sofrendo o mesmo drama histórico, — o drama da conquista de outros mundos. Assim existe também Portugal fora de Portugal. Aquela Portugal que pode ser julgado à distância, — como agora o estamos fazendo respeitosamente e com muito amor brasileiro.

COOPERAÇÃO E NÃO HETEROGENEIDADE

Roma — Julho de 1960 — Há um livro interessante e bastante recomendável pela simplicidade temática e expositiva. Trata-se do trabalho de Jan Tinbergen, *"La Cooperacion Económica Internacional"*, publicado em tradução espanhola e distribuído pela "Revista de Occidente". Não é um trabalho definitivo não obstante apresentar pontos de verdadeiro interesse prático e de prática econômica internacional. Reclama Tinbergen contra a falta de cooperação entre as nações civilizadas. Reclama contra o poder "supra-nacional" dos grandes países. Reclama também contra as influências perturbadoras sobre a estabilidade da produção e as consequências de um não ajuste no equilíbrio da balança de pagamentos, em termos racionais. Não se trata propriamente de um grande livro, mas de um livro oportuno capaz de fazer pensar e meditar, como até fazer mudar alguns conceitos tradicionalmente consagrados. Jan Tinbergen nasceu em Háia e como professor da Escola de Economia da Holanda e diretor do Serviço de Planificação Central do governo holandês, realizou experiências e estudos principalmente no campo da física teórica que estão pedindo atenção dos interessados em matéria de Direito Econômico Internacional. Sua capacidade esquemática e o esclarecimento de teses por intermédio da técnica gráfica, tornam o livro, — ao menos para nós, — de grande utilidade e conteúdo dogmático, um livro afirmativo cheio e pleno de incontestes verdades positivas.

Dentro da Península Ibérica dois exemplos são flagrantes e contrastantes: os exemplos de Espanha e Portugal. Numa "área econômica" já bastante reduzida pelos séculos as barreiras existentes, inclusive as barreiras policiais, impedem a livre comunicação e circulação das riquezas, deixando o mercado interno perplexo pelo custo das utilidades, onde o valor da moeda, muitas vezes em menos de quilômetro, assume proporções diferentes de capacidade aquisitiva. O **escudo** possui melhor processo externo que a **peseta**. A peseta não possui a capacidade internacional do escudo. No entanto, ambas as moedas, nos limites geográficos onde funcionam forçadamente, não convencem as populações que delas se utilizam da excelência da acolhida para a troca em favor de valores essenciais, como alimentos e roupa. Entre França e Inglaterra com minutos de distância o fenômeno não é nada diferente. Sofrem porém muito mais os países pequenos pelo vulto de circulação de moedas estranhas e de custos diferenciados. Sofrem países como a Bélgica e a Holanda. Sofrem países como o Brasil onde a especulação na procura da **libra-ouro** ou do **dolar** em qualquer das suas expressões, afasta o **cruzeiro** da circulação internacional. Haja visto a emissão de cheques, — emissão sem nenhum fundo oficial mas baseada apenas na suposição do crédito, — que abarca o comércio internacional da moeda criando problema para futuro que assim poderíamos enunciar: por conveniências de cooperação e facilidades de circulação não estamos sofrendo a evidência do surgimento padrão de uma moeda única lastreada tão-somente no crédito e adquiri-

da pelo interesse de possuirmos um denominador comum de valor capaz de harmonizar diferentes valores monetários?

Não queremos naturalmente contrariar a realidade dos fatos e das coisas. Acreditamos na necessidade urgente de regulamentação nas relações econômicas internacionais. Principalmente defendemos a normalidade de regulamentação nas transações financeiras. Os argumentos em favor do protecionismo e de que certas condições do comércio internacional podem causar prejuizos a uma nação, não subsistem quando acreditamos o mundo integrado num mesmo movimento de cooperação e mútuo entendimento pacífico. O perigo está precisamente nisto: o permitir-se o asfixiamento das nações menos desenvolvidas pela incidência de elementos estranhos à vida internacional, — elementos que surgem na concorrência para desmerecer fatores de produção ou de capital. No impacto de luta da moeda contra a moeda, está a guerra branca entre as nações, — aquela guerra que o mundo moderno aconselhou chamar de "guerra econômica". Estamos tendo uma experiência de resultados imprevisíveis pelas suas determinações políticas. A **ocupação de Cuba**, — como se diz aqui na Europa, — pela Russia por motivo de acôrdo cultural e troca de produtos nativos por petróleo, marca sensível avanço, — tendo como base Havana, — do poderio econômico russo no ocidente, inclusive favorecendo na América Central, a circulação do **rublo** em contraposição ao prestígio incontestável do **dolar** norte-americano. A tese de Tinbergen sobre o "desenvolvimento e regulamentação do comércio internacional", fundada na utilização de todos os recursos produtivos, na divisão do trabalho face adoção do livre câmbio combinado com o equilíbrio de tôdas as balanças de pagamento, — tese ideal não há qualquer dúvida, — encontra esta primeira dificuldade essencial: a **guerra das moedas** trazendo no **substratum** luta pacífica pelo controle da hegemonia econômica, e em consequência a hegemonia política, — das nações consideradas mais poderosas, ou pela sua densidade populacional, ou pela superfície em quilômetros quadrados, ou pela exibição de poderio militar.

No campo de cooperação européia nada está feito. As incursões militares serviram para maiores desajustes econômicos. De plano, cada qual, através seu próprio governo, pretende a sua própria defesa. Na América, — em especial na parte sul do Continente Americano, — devíamos provocar uma experiência diferente, uma experiência que pudesse ganhar realidade e pudesse estar fundada nos sucessivos erros das nações ocidentais ou da Europa. Tivemos ponto de partida nas demarches de fixação das normas recíprocas para estabelecimento do **mercado comum**, cuja reunião foi realizada em Montevideo. Na América do Sul pensar na troca de produtos contra produtos, seria um meio harmonioso e vital de tranquilidade das suas populações empobrecidas. Enquanto não fôr possível a aceitação de um sistema econômico mundial, a junção das economias nacionais sul-americanas

seria caminho mais acertado de auto-defesa econômica e de auto-determinação política. Para nós, americanos do sul, a palavra de ordem, como sugestão experimental, seria a lição de Jan Tinbergen de **cooperação e não heterogeneidade**. Fazer o quanto antes o que a Europa não está fazendo por motivo de distorções políticas: a unidade da ação econômica para o enriquecimento e sobrevivência normal das populações assim domiciliadas por contigências naturais de processo histórico.

CHOQUE ENTRE DUAS REALIDADES

Paris — Dezembro de 1960 — A conhecida e célebre frase do presidente MacKinley quando justificou a conquista das Filipinas com a intenção de **"civilizar e cristianizar os pobres irmãos escuros pelos quais Cristo também morreu"**, seria aceita nos tempos de hoje como um brado de desafio contrário os princípios mesmo da duvidosa **ética** da política internacional atual. Depois da última guerra, — após a derrota do nazismo e o recrudescimento do sovietismo, o idealismo americano, sómente agora ao que parece retomado por Kennedy, ainda defende que o Estado e a Nação estão sob a dependência da **mesma moral** que orienta as consciências particulares. Não é de causar surpresa, assistirmos inúmeros franceses esclarecidos, colocarem-se em favor da Argélia e contra a política de De Gaule, não obstante o Chefe desta nova República Francesa, simbolizar tudo quanto aspira a França: tranquilidade, segurança, trabalho e temor de outras agressões que venham deflagrar conflitos tão violentos quanto os dois últimos que da beligerante Alemanha se estenderam rapidamente pelo mundo inteiro. Aqui de Paris, — melhor do que em Londres, Moscou ou Nova York, — assiste-se aos acontecimentos universais sem preocupações de ordem subjetiva. Ficamos de janelas abertas para a paisagem do mundo. Os povos e as nações se juntam, permitindo aos observadores analíticos tecer conclusões que não sendo as mais acertadas, serão as mais lógicas e realísticas. Enquanto o Brasil se distancia no **panorama** revelando uma gente extremamente nervosa de progresso, — os Estados Unidos e a Russia se aproximam cadenciando um mesmo ritmo de expressão política e oferecendo ao povo francês, sem maiores riscos de decisão, o direito de optar entre a América e o Oriente. Acontece, porém, que sendo a França demasiadamente europeia, — como nós os brasileiros por condições cósmicas somos demasiadamente americanos, — niguém aqui aceita de bom grado ês se **direito de opção** sem as possibilidades de liderança ou de vitória nos sucessos históricos do futuro. A França teme tomar novos caminhos errados. Para entrar no "grande debate", não sómente exige compreensão para os problemas de unidade da soberania francesa, como também participação sem restrições no resultado dos entendimentos, acreditando assim reconquistar antiga posição de árbitro na partilha das fôrças da comunidade universal.

A teoria da "não intervenção" alcança grau de maior interesse. Sabem os franceses, como sabem os ingleses e os russos, que na luta pela posição mundial a grande realidade é a **realidade do poder**, — do poder na sua expressão de técnica, de política, de economia. De momento não interessa senão aguardar o "pronunciamento" final das duas **grandes potências** para decidir onde está o interesse nacional, — interesse que conduzirá à solução dos problemas de estabilidade e respeito na vida internacional. Não sendo para Kennedy possível repetir MacKinley, — o exemplo de Cuba é bastante flagrante, — observadores políticos esperam mudança de tática com relação aos países sul-americanos, para fixação do real prestígio dos Estados Unidos primeiro nos limites territoriais do continente americano e depois nos demais continentes também sacudidos pelas afirmações do socialismo ideológico que se apresenta em promessas revolucionários de conquista das vastas populações da quase totalidade dos países subdesenvolvidos. Para o comum das pessoas, os Estados Unidos ganharam a guerra. Estão, no entanto, perdendo nos embates, discussões e decisões de paz, as possibilidades de manutenção das posições vencidas, mesmo mostrando ao mundo as excelências do regime de eleição e representação, — as excelências do regime de processo democrático de governo republicano. Quando aqui estivemos não faz seis meses passados, sucediam-se as perguntas sobre Kubitschek e a nova capital brasileira. Brasília estava na ordem do dia dos acontecimentos universais. Dentro do limite de curiosidade que se distingue nos franceses pelas coisas do Brasil, as perguntas tomaram novo rumo. Querem agora saber qual será o comportamento do Presidente Jânio Quadros face o quadro vigente da vida internacional. Visitando Cuba deu o presidente eleito demonstração **física** da sua melhor simpatia revolucionária. Superada a fase da propaganda e conseguido o magnífico resultado eleitoral, o mundo espera, a França está esperando, manifestação mais positiva quanto à orientação presente do Brasil. Nos primeiros contactos que tivemos com representantes de vários países na Conferência da UNESCO, sempre as mesmas indagações surgiram: mudará a política exterior do Brasil? usará o novo Governo da Operação Pan-Americana como elemento de coação para maior ajuda dos povos sul-americanos? procurará o Brasil liderar as nações da América do Sul? Estando o Brasil em reconhecida crise econômica, social e financeira, buscará ajuda e recursos com o restabelecimento do comércio com os povos da Cortina de Ferro? saindo o Brasil de uma eleição "típica" de processo norte-americano, reconhecem os franceses que o povo **homologou** as idéias do candidato eleito, estando em mãos do Sr. Jânio Quadros saber aplicá-las quando melhor lhe aprová-vel ou quando melhor forem convenientes aos interesses brasileiros.

A importância das últimas eleições presidenciais nossas, avulta quando sabemos que foram quebrados eleitoralmente, — em eleições limpas e honestas, — os padrões tradicionais da política interna do

país. Verdadeira revolução branca impôs novas condições de comando e de orientação política. No entanto, dois fatos são evidentes porque são históricos: o fato da situação do Brasil como nação continental americana e o fato de havermos assumido compromissos que não podem ser rasgados sem a violentação da ordem social, política e constitucional. Mas a crença persiste de que o Brasil não abandonará seu antigo vizinho do norte, mantendo os fatores indispensáveis e insubstituíveis do equilíbrio interno do poder, — daquele poder que emana do sufrágio universal e não desconhece da validade dos entendimentos políticos já aceitos e consagrados entre as duas maiores nações do hemisfério. O Sr. Jânio Quadros, — são os franceses quem afirmam, — surge numa hora bastante perigosa: não poderá sequer admitir procedimentos iguais aos de MacKinley como não poderá deixar de exigir o cumprimento dos pronunciamentos provocados com a adoção da O.P.A.. Por outro lado Cuba apresenta problema difícil de equacionamento para as nações americanas que não pretendem abrir mão do privilégio político natural de "auto-determinação". Não há dúvida que estou com o pensamento dos melhores observadores aqui na França: o Brasil necessita revisar sua política exterior no sentido das atuais realidades de conjunto, sem nunca porém abandonar a linha tradicional de equilíbrio e de respeito à justa palavra empenhada. Jamais poderá desconhecer a evidência da realidade soviética. Como jamais poderá desacreditar uma amizade nem sempre bem correspondida, mas uma amizade que possui profundas raízes no ideal republicano e democrático. As últimas eleições brasileiras transformaram radicalmente, — se assim podemos avançar, — a impressão dos europeus sobre o Brasil. Muitos acreditam que a substituição foi apenas de grupos não havendo qualquer **substratum** de força ideal nem sentido de descontinuidade ideológica entre o Governo Kubitschek e o Governo que se instalará em 31 de Janeiro próximo, porque na América do Sul as revoluções, — mesmo as que se fazem contra o voto, — se desfazem com a tomada pura e simples do poder. Mas a grande maioria, em contrapartida, recebeu impressão oposta determinada pela luta dos candidatos no curso da movimentação eleitoral, onde ambos, Lott e Jânio, não escaparam das atrações polêmicas à favor ou contra Moscou, em favor ou contra Washington. O Brasil, — por certo pela primeira vez, — não poderá fugir diante da América e do mundo, a pronunciamento objetivo e claro, pronunciamento entre as duas granou o fracasso do Sr. Jânio Quadros. A não ser que mantidos os príncipes realidades, a soviética e a norte-americana. Nesse passo de opção, — de opção entre duas forças vivas e reais, — estará o sucesso cípios da nossa tradição, possamos criar terceira posição de confiança, concorrendo para o fortalecimento da América e consequente segurança pacífica do mundo dêste Século XX. De qualquer maneira, o Brasil será chamado a participar das importantes decisões dos conselhos de defesa da paz contra a guerra e contra os imperialismos.

OCIDENTE E ÁFRICA

Paris — Dezembro de 1960 — Jamais, em tempo algum, tantas foram as preocupações em torno da posse de um novo Presidente, — no caso o Presidente dos Estados Unidos da América. Também o Sr. Jânio Quadros causa expectativa. A Europa aguarda a palavra final da América. Quando, na ONU, surge a proposição soviética contra a existência de países coloniais, a flecha da luta está pontada, principalmente, para o poderio da França e da Inglaterra, contra os primeiros aliados da última guerra mundial. Ainda agora surge um livro, **Le President Kennedy, La Nouvelle Vague aux Etats-Unis**, de autoria do jornalista Nicolas Chatelain, levantando dúvidas quanto à futura orientação da política exterior norte-americana. De fato, os europeus estão assustados com duas coisas: com a ambição "**devorante et d'un incontestable genie**" do pai do Presidente eleito e com as promessas de atualização dos princípios da **New Deal** de inspiração do antigo Presidente Franklin Delano Roosevelt. Em discurso que em 1957 pronunciou perante o Senado, não escondeu o Presidente eleito os seus propósitos de pensamento e de ação política. Falou claro e sem outros compromissos de decisão internacional. Esta passagem exprime bem a sua tendência: "**As lições da Tunísia, de Marrocos e da Indo-China constituem prova definitiva da vaidade da política francesa na Algéria e o perigo que representa o imobilismo da atitude americana. É urgente que se pense reforçar a África do Norte, a França, os Estados Unidos, a OTAN e o mundo ocidental**". Disse mais o Presidente eleito, em contraposição ao fortalecimento da França: "**Devemos dirigir nossa ação em favor da independência política da Algéria**". Chatelain acha que essa afirmativa é "extremamente abstrata" como quase todo o discurso do Senador Kennedy. Repetir Roosevelt não é possível. Em 1933 enfrentavam os Estados Unidos uma grande crise econômica interna. Hoje, como nação, — e o Brasil também — é condição dos sucessos, positivos ou negativos, da sua política externa, cujos reflexos serão de paz ou de guerra, de agitação ou tranquilidade.

O **ocidente** está com outra grave luta pela frente: a luta das novas nações africanas. A gravidade dessa luta nós sentimos nos reflexos da imprensa, nas sessões da ONU e mesmo aqui na UNESCO. Bailly, escreveu em "**Le Monde**", cuja orientação é conservadora, sério artigo que merece a consideração dos responsáveis pelo equilíbrio internacional. Nesse artigo, aponta a nova tática soviética em favor da África e dos pretos, — principalmente dos **pretos não africanos** e que se apresenta como elementos de progresso e de trabalho em toda a América. Já comentamos a passagem de Fidel Castro como hóspede do **Harlem**. Agora assistimos, o avanço na frente interna de todos os países, em favor de uma área de cultura e civilização, de grande importância mesmo nos limites geográficos dos Estados Unidos, — avanço que poderá, face interpretações perigosas, mudar as características do mundo ocidental e quem sabe as condições atuais da política exterior. É problema para o futuro Presidente Kennedy acabar com as

discriminações sobreviventes em defesa do prestígio da liderança norte-americana. Será preciso que a América comprehenda bastante bem o continente africano. O sentido e o espírito das liberdades políticas não encontram limites na distinção de povos ou raças, — muito menos limites ideológicos suscetíveis de empolgar o mundo para nova divisão de fôrças humanas. Agindo com a comprehensão necessária ao atendimento da política de interesses recíprocos, estaremos evitando a propagação de idéias marcantes de um novo conflito provocado pela inclinação de um mundo novo, — o mundo africano, — para a esquerda, ou para a direita.

Óra, os russos estão certos, quando na ONU lançam o problema para que a América decida! Cabe à França, ao bloco inglês, enxergarem em côres verdadeiras a realidade do mundo atual. A proximidade dos meios de comunicação e de conhecimentos técnicos, estão exigindo maior habilidade, maior suscetibilidade, melhor diplomacia, melhor entendimento. Países novos ou antigos querem se constituir em nações politicamente livres. Tôda a América nasceu assim: das lutas libertárias. Nossa história é a história das jovens nações africanas. Na própria reação contra o sub-desenvolvimento, os elementos com que jogamos são os elementos da independência política da moral humana. Fundamos uma economia orientada no respeito à personalidade do homem. Um deputado francês, Lagaillard, preso e processado por crime de dissidência política, evadindo-se para buscar asilo na Espanha pôde contar com a simpatia da opinião pública, mesmo se colocando valentemente em favor da Argélia. Estamos num universo complexo e sem fronteiras definidas. A criação do "conjunto" **africano-asiático** no seio das Nações Unidas viola as intenções de unidade da atual organização política internacional. O "grupo" afro-asiático surgiu poderosa. Tão poderoso que está exigindo não coações de ordem regimental, mas aceitação da verdade social e geográfica em termos de objetivismo prático. Para nosso perigo, nunca sabemos, neste mundo, onde termina a nossa fronteira e começa a fronteira do país vizinho. Assim também com os continentes... Não cabe aos americanos, — no caso aos Estados Unidos, — fingir ignorar a verdade dos fatos que estão acontecendo. Seu prestígio ou liderança, dependem tão somente de um fator: **comprehensão** dos problemas da América Latina e **atendimento** pronto das reivindicações da **nova África**. França e Inglaterra hão de compreender também que as condições econômicas do mundo moderno não aceitam afirmações políticas negativas sobre territórios de formação social e humanas diferentes.

O Presidente eleito Kennedy, não vai querer transformar as finalidades da ONU. O Brasil, quase estou certo, não guarda os receios que a França anuncia. O livro de Chatelain, como os pronunciamentos sensatos do "Le Monde", revelam um estado de espírito em constante reação, — estado de espírito capaz de proclamar a necessidade de violências ameaçadoras da paz universal. A experiência sempre ensina: não é a origem do homem que deve atemorizar, mas sim o claro-es-

curo das suas atitudes futuras. Assim também será com John Fitzgerald Kennedy. De mais a mais não podemos duvidar da boa intenção dos homens que assinaram a Carta de São Francisco. Nosso dever será evitar o equívoco da Sociedade das Nações. Nosso dever será afastar a incompreensão entre os povos, a suspeição e a falta de confiança entre as nações. Não há motivos **fundamentalmente humanos** para que Oriente e Ocidente continuem a não se entender. Muito menos outros motivos para que a África faça **isolamento** com a América. O jôgo está bastante claro: é de alertamento da verdade ou de sentimento de fatos já conhecidos.

ONU E UNESCO

Paris — Dezembro de 1960 — Falando em nome do Governo brasileiro, em solenidade à qual devia comparecer o Presidente da República, — a lembrada solenidade comemorativa do **décimo quarto** aniversário das Nações Unidas, — com aquela autoridade que ninguém lhe nega, o Ministro Horacio Láfer, no então Teatro Municipal do Rio de Janeiro, pronunciou discurso cujas expressões podem ficar assim sintetizadas: **"as questões cruciais da paz e da guerra, e que giram, principalmente, em torno do problema do desarmamento, continuam sendo longamente debatidas, sem que se tenha chegado ao almejado entendimento que venha satisfazer a aspiração de paz e tranquilidade de toda a humanidade. Se no campo jurídico e político um caminho muito longo tem que ser ainda percorrido, não menos longa, e talvez mais árdua, é a distância que nos separa dos ideais de justiça social e de bem estar material prometido a todos os povos pela Carta de São Francisco. Nesse terreno, mais do que em qualquer outro, sente-se o Brasil perfeitamente à vontade, para criticar, propôr ou aplaudir, porque nossa contribuição tem sido das mais constantes e das mais objetivas"**. Mesmo assim, evocada a sinceridade do Brasil, de fato que a ONU ganhou o respeito da opinião política internacional. Quando no dia 24 de Outubro último, assinalou-se o transcurso do **décimo-quinto** aniversário das Nações Unidas, organismo de fundos alicérces lançados em plena guerra e objetivando a conquista da paz entre as nações e à estreita colaboração entre os povos, — a imprensa do mundo inteiro, em quase todos os parlamentos do mundo, — a data foi exaltada com entusiasmo em razão dos serviços prestados à causa pacífica da sobrevivência do homem sobre a terra. Mal ou bem, sérios atritos foram encaminhados e solucionados com segurança: o do Corredor de Berlim, o da Coréia do Norte, o da Indo-China e a França, o de Israel e Estados Árabes, o da Indonésia e Países Baixos, o da ordem e firmeza nos acontecimentos recentes do Canal de Suez e do Congo.

Em sequência histórica, Teerã, Ialta, Casa Blanca e Potsdam, atendiam ao apelo de Edward Stettinius, Secretário de Estado de Franklin Delano Roosevelt, quando em Moscou, em pleno ano de 1943, desarmava os espíritos em luta, pronunciando as seguintes palavras, con-

tra possíveis vitoriosos e derrotados, mas palavras eloquentes de confiança no futuro da humanidade: "os grandes sacrifícios desta guerra devem trazer não sómente a vitória sobre as nações agressoras, como também algo mais do que isto: esperanças e perspectivas de que a humanidade possa viver em paz e com o maior grau de conforto e bem estar". Em linhas gerais estava lançada a semente da Organização das Nações Unidas. Veio Dumbarton Oaks onde redigiu-se plano de colaboração e intercolaboração internacional. Veio São Francisco e a assinatura da **Carta** anunciando melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla, a prática da tolerância e do bom viver em paz e a promoção do progresso econômico e social de todos os povos. Em quinze anos, depois do documento de 26 de Junho de 1945, a ONU pode ser analisada e julgada. Muita coisa não pôde fazer, muito menos aquilo que desejavam as nações americanas: o reconhecimento de que não haverá segurança social nem estabilidade política enquanto não se garantir um mínimo de conforto material e de possibilidade de progresso espiritual a todos os povos da terra, — como com independência e clareza afirmou o Chanceler Láfer.

De qualquer maneira, reunindo-se em memoráveis Assembléias Gerais, expandindo-se através de comissões e órgãos complementares, mantendo a Corte Internacional de Justiça de Háia, atingiu tão larga influência de limite humano e geográfico que a ajuda e colaboração das entidades especializadas se concretiza como solução de inúmeros problemas universais, — como necessários à consecução do pensamento das Nações Unidas. A OIT, — Organização Internacional do Trabalho; a AIEA, — Agência Internacional de Energia Atômica; a FAO, — alimentação e agricultura; a OMS, — Organização Mundial da Saúde; o Fundo Monetário Internacional; o Banco Internacional; a Corporação Financeira Internacional; a Organização de Aviação Civil; a União Postal Universal; a União Internacional de Telecomunicações; a Organização Internacional do Comércio e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, — a UNESCO, — compõem no mundo e sobre o mundo o espetáculo de uma super-estrutura cujas **práticas** jamais a Sociedade das Nações conseguiu atingir, mesmo com iguais recursos, mesmo com a melhor boa vontade entre os povos livres.

A UNESCO, — que consubstancia o objetivo das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 4 de Novembro de 1946, — pretende "contribuir para a paz e a segurança pela colaboração entre as nações mediante a educação, a ciência e a cultura, visando fomentar o respeito internacional à justiça, aos postulados do direito, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, reafirmadas aos povos do mundo sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, pela Carta das Nações Unidas". O mecanismo administrativo da UNESCO, é bastante simples: uma Conferência Geral, em que estão representados os países membros, reunindo-se para decidir sobre as diretrizes do programa de atividades da organização; uma Junta Exe-

cutiva, de 24 membros, reunindo-se pelo menos duas vezes por ano e que supervisiona o programa traçado; um Secretariado Geral, constituído por um Diretor Geral, no momento o doutor Vitorino Veroneze, ilustre representante da Itália. Nesse "complexo" internacional de dinâmica "cultural" encontra o Brasil posição de inconteste relêvo na figura do Embaixador Paulo Berredo Carneiro, cujo trabalho e prestígio muito recomendam nosso país e representação.

Lembro aqui distante, em Paris, magnífico trabalho pouco conhecido de autoria do professor José Nicolau dos Santos, — Catedrático de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, — publicado como tese em 1952 e de enorme utilidade para os investigadores da realidade social e jurídica da ONU. Bem define, o professor Nicolau dos Santos, a finalidade precípua das Nações Unidas, dizendo: "o problema da paz, é, sem dúvida, o mais importante e o mais urgente dos problemas que o Direito e o Estado enfrentam nas horas que soam". Trata-se do livro-tese **"ONU", Estado, Proto-Estado ou Super-Estado?** onde corretamente fica exposta, em resultados de pesquisa teórica, a natureza da organização internacional. **"A Paz é a realização do direito"**, não há dúvidas! Façam-se as críticas e admitem-se as posições políticas, aceitem-se as controvérsias de opinião, nunca se negue porém pela simples vontade de negar, os relevantes resultados obtidos dessas mesmas controvérsias de opinião, que a ONU, principalmente a UNESCO, vêm obtendo em favor da **pacificação das divergências** ou, conforme escreveu nosso Alberto Torres, naquelas páginas inesquecíveis da sua "Organização Nacional", onde a paz aparece como simples escala na evolução da sociedade humana... Está certo: **"a humanidade não é um símbolo abstrato, uma visão sentimental, — é uma realidade"**. Com olhos penetrados no futuro, aqui nesta UNESCO, estaria não sómente a aspiração de Alberto Torres, mas os ideais de homens como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

"UNESCO", EXPRESSÃO DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Paris, Dezembro de 1960 — Com dinâmica projeção internacional, ajudada pelas **comissões** nacionais instituídas nos **países membros**, a UNESCO continua cumprindo programa **civilizador** cuja importância merece afirmação quando se trata de aproximar continentes e pátrias diferentes, num esforço caracterizado pela colaboração e entendimento recíproco entre as nações. O avanço da ciência está exigindo sempre o aperfeiçoamento dos "processos" de cultura. Neste mundo de agora, não atendendo ao homem como condição de **valor econômico**, quase nada estamos fazendo pela paz ou pela preservação da tranquilidade social. Aceitando o imperativo da educação gratuita e compulsória no nível primário, a educação chamada **básica**, — atendendo à pesquisa científica para a melhoria dos elementos da existência humana, como amenizando tensões sociais ou raciais, aproximando realidades culturais do Oriente e do Ocidente, impondo a liberdade de informação, — a UNESCO apresenta no plano de conquis-

ta do **homem** maiores resultados práticos que a ONU no plano das atividades políticas. Admirável, como técnica e administrativamente, funciona êste organismo internacional! Vivendo dias aqui dentro, recebendo os propósitos programados de cada país, tendo em vista o fato de existirem mais de duzentos milhões de crianças sem as facilidades normais de educação, fica-nos a impressão, — impressão que é verdadeira, — de que estamos trabalhando para um ideal genuino de progresso social e de bom colhimento entre os povos. Cobrindo o mundo nos seus aspectos geográficos mais diferenciados, sabendo que o desenvolvimento econômico depende em grande parte da pesquisa científica e da disponibilidade de mão de obra científicamente treinada, observamos aqui o esforço de gerações no trabalho pelo desarmamento moral dos espíritos e em consequência pela defesa da paz contra a iminência dos conflitos bélicos. Não são poucos os países que se valem dos benefícios trazidos pela ciência social, para através de planejamento inteligente, onde estejam bem vivas as mutações econômicas, no sentido de evitar dentro e fora das fronteiras nacionais, os atritos e choques morais, de formação espiritual ou géo-política, muitas vezes responsáveis pelo desencadeamento de revoluções ou de guerras inexplicáveis do ponto de vista do próprio interesse internacional.

Passando emocionalmente horas de trabalho e dias de observação, melhor podemos definir uma "aspiração humana" que não seja já especificamente nem germânica, nem romana, — que não seja nem russa e nem americana, — mas que seja do homem como personalidade jurídica de direito internacional. Não afirmaremos que seja possível eliminar a guerra no curso da história da humanidade. Há guerras fatais. Existem mesmo guerras necessárias. Há os que acreditam no "**homo bellicus**" como fator marcante das etapas civilizadoras. A UNESCO se desincumbe da sua **missão de ordem** mediante a concessão de auxílio financeiro a organizações voluntárias em todos os setores culturais, — teatro, filosofia, música, museus e bibliotecas, — aplicando instrumentos novos de trabalho político nunca antes aplicados em tão larga escala humana e social. Preocupada na área da liberdade de informações, — a liberdade característica dos regimes de tendência democrática, — recomenda e defende a ação internacional dos meios de divulgação em abono da imprensa, do rádio, do cinema e da televisão. O conhecimento da **educação** no seu aspecto de **unidade**, — educação popular, científica e de opinião, — afasta os contrastes entre o Oriente e o Ocidente vinculado culturas e identificando vontades. Dentro de objetivos que são fundamentais, — um desses objetivos é o objetivo da manutenção da **inteireza** da vida humana, — do homem como elemento fundamental da sobrevivência da própria espécie. Acompanhando os trabalhos plenários, o livre debate nas comissões, sentimo-nos mais humanos e menos ambiciosos de poder e de força.

Muitas vezes, no altruismo das decisões, o apôio aos países fra-

cos ou enfraquecidos, a colaboração que expontâneamente se oferece, demonstra em gestos largos a intenção nunca desmerecida de acompanhar o progresso das coisas, atendendo, como imprescindível, também a **natureza do homem**. Nascida como a ONU da pressão da defesa comum a UNESCO esquece o problema das **soberanias** para demonstrar que qualquer organização internacional não pode ter a feição dos **Estados-nacionais**, para ganhar em benefício da cultura, da ciência ou do homem, características próprias de respeito pela comunidade universal. Confesso o encantamento espiritual que nos leva melhor acreditar no destino do mundo. Vendo representantes originários das mais distanciadas formações raciais, ouvindo idiomas conhecidos ou desconhecidos do nosso continente americano, acentuando o pronunciamento das pequenas nações e das repúblicas incipientes, — determinando acima da conjuntura dos poderios nacionais, — o elemento **homem e sociedade**, grupo social, grupo doméstico ou familiar, de perto sentindo a movimentação de trabalho da UNESCO, — melhor sentimos a humanidade pelos seus desenganos, seus problemas, suas dificuldades, sua aspiração de segurança e coexistência histórica. Diríamos, como no "Projeto de Convenção Sobre os Direitos Humanos", abordado na última Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, reunido faz um ano em Santiago do Chile, "que o direito à vida é inerente à pessoa humana". Diríamos mais que "toda pessoa tem direito à liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de toda a índole, sem consideração de fronteiras". Assim é a UNESCO na sua expressão humana de solidariedade internacional, — assim é, uma organização internacional, livre e liberta dos limites de fronteira.

COLONIALISMO: DECÉNIO DO DESENVOLVIMENTO

NOVA YORK — Outubro de 1961 — O mundo não muda facilmente de sentimento e nem de pensamento político internacional. Observei fatos na IV Reunião Interamericana de Jurisconsultos de Santiago do Chile que fui depois encontrar numa assembléia de Génébra. Em Paris, participando como observador da última conferência geral da UNESCO, as conversas em torno de teses ainda eram as mesmas. Agora, aqui em Nova York, sinto que nada mudou. Uma grande preocupação, explorada inteligentemente pelas manchetes de imprensa, permanece: a preocupação pelo problema do colonialismo. Tanto é importante essa preocupação, que o próprio presidente dos Estados Unidos, falando na assembléia da ONU propôs que se designasse oficialmente este decênio de 1960 a 1970 como o decênio do desenvolvimento. Assim falou Kennedy: "meu país é partidário de um mundo constituído por Estados livres e iguais".

Falando bem e dizendo bastante para uma assembléia constituída em sua maioria de povos fracos e pequenos onde o Brasil avulta na sua grandeza de nação populosa e de grande geografia, o pre-

sidente Kennedy não escapou desta verdade hoje universal: "estamos de acordo com aqueles que sustentam, nesta assembléia, que o colonialismo é um assunto de primordial importância, mas desejamos que se discutam, plenamente todos os fatos com êle relacionados". Falou para assim ser ouvido novamente: "não ignoro os problemas do colonialismo tradicional com que ainda se defronta esta organização. Esses problemas, com paciência, boa vontade e decisão, serão resolvidos. Esse constante desejo de autodeterminação conta com nossa simpatia e nosso apôio". Nesse caminho, os Estados Unidos tomaram rumos novos, — rumos que merecem aprêço do mundo e a consideração dos povos que desejam a liberdade.

O discurso de Kennedy ainda repercute em plenário. É motivo das mais variadas interpretações. Principalmente quando declarou em tom categórico: "minha nação foi, outrora uma colônia e nós sabemos, pois, o que é colonialismo: a exploração e o domínio dos fracos pelos fortes, de muitos por poucos, dos governadores que não deram seu consentimento para serem governados, quaisquer que sejam seu continente, classe ou côr". A altitude dêsse pronunciamento, feito para ouvidos asiáticos, americanos do sul e africanos, marcou ênfase na continuidade dos trabalhos da assembléia. Aconselhando o princípio da livre eleição e a prática dos plebiscitos livres em tôdas as partes do mundo — Kennedy impôs uma promessa que não cumprida poderá provocar a própria subversão da ordem social e humana.

Não sabemos, se o colonialismo como tese, fará parte do temário desta sessão de assembléia geral. Mas o presidente dos Estados Unidos, não só abriu, mas provocou a discussão ainda considerada em têrmos abstratos. Anunciando um decênio para a solução do problema do desenvolvimento, terá que afirmar linha de conduta aberta e clara com respeito à posição dos povos subdesenvolvidos. A questão oferece dois aspectos distintos: povos que pretendem a independência com a autodeterminação e ao mesmo tempo desenvolver-se dentro dos limites da mais ampla liberdade econômica. Sabemos o que está acontecendo com o Congo. Estão falhando os instrumentos elementares de solução pacífica. As pressões policiais, políticas ou econômicas, contrariam o concito de vida própria. As ameaças de fôrça são constantes históricas ou de processo histórico.

A Alemanha, por exemplo, é uma nação dividida contra a sua vontade. Em favor dela, vamos concordar, muito pouco pode fazer qualquer decisão de organismo internacional. Considerando porém, a existência de colônias em continentes de menor progresso, a ação de reconhecimento da ONU poderá admitir maior poder de eficiência recomendando e prestigiando os legítimos movimentos de independência política e social. Existem colônias que serão focos permanentes de agitação bélica continuada. Todos aqui sabem disso: francêses, inglêses, belgas, russos, americanos. Se sabem disso não

há motivo justificado para que se condenem com "armas" as "guerras de libertação". O presidente dos Estados Unidos, pelo reconhecimento, aconselha o entendimento pacífico. Laos e Vietnan do Sul, ainda estão lembrados. As tréguas sempre são teimosamente precárias. O problema é o seguinte: saber se será possível ou não criar medidas que protejam o pequeno e o fraco contra as táticas de revolução ou de guerra. O presidente Kennedy está aformando que sim. Estamos de pleno acôrdo.

Dez anos passam depressa. A humanidade exige velocidade nas suas decisões em defesa da preservação da paz. Com elementos materiais de progresso, de capital honesto e de técnica, de saúde para o homem, países fracos poderão chegar ao equilíbrio que não admite a exploração do homem. Pois no campo internacional, aqui estamos vendo e observando, as medidas de ajuda não são as medidas de proteção política, — mas sim aquelas medidas que reconhecem no homem um **ser humano** com personalidade própria e capaz de direitos que se confundem com o próprio direito de viver com respeito e dignidade.

DESARMAMENTO SEMPRE PROMETIDO E DISCUTIDO

NOVA YORK — Outubro de 1961 — Continua desafiando o bom entendimento entre as nações o problema ainda insolúvel do desarmamento universal. Nos debates havidos — debates que não são de agora — há muito de malícia e muito pouco de entendimento político. A retomada das negociações, paralisadas durante dois anos, começou da Conferência dos Ministros do Exterior das "quatro grandes" em Genebra, se não me engano em maio de 1959, e das conversações que realizaram em setembro do mesmo ano, ante o presidente Eisenhower e o "premier" Kruschev, em Camp David.

Foi a 7 de setembro de 1959, que os ministros do Exterior dos Estados Unidos, Rússia, Reino Unido e França, anunciaram a existência de um "Comitê de Desarmamento" formado de dez países e com a participação do Canadá, Itália, Polónia, Checoslováquia, Bulgária e Rumania estabelecendo-se equilíbrio de fôrças, como pleiteava a União Soviética. O Comitê, organizado e funcionando fora da influência das Nações Unidas, deveria sempre colaborar com a Comissão de Desarmamento, comunicando o êxito dos seus trabalhos e o resultado das suas decisões. Mas de nada adiantaram as medidas propostas, quando ainda em setembro de 1959, Kruschev apresentou no plenário da XIV Sessão, plano soviético de desarmamento geral, liquidando com o Comitê e desmoralizando as negociações até então começadas e não concluídas.

Esse plano soviético generalizava de tal forma o impossível que foi recebido com as maiores reservas, mesmo por aquelas potências interessadas no encaminhamento do problema da paz em termos de mútuo entendimento e recíproca compreensão. Vejamos para julgamento: preconizava entre outros pontos, — a) supressão das fôrças ar-

madas em todas as suas formas; b) destruição das armas e munições de todos os tipos; c) proibição completa das armas atômicas e de hidrogênio; d) desmonte das bases militares em países estrangeiros; e) eliminação dos ministérios e academias militares e proibição de dotações orçamentárias para fins militares. Tanto os soviéticos não acreditavam no sucesso dessa proposição que além do plano de desarmamento geral apresentaram logo depois plano parcial, onde em contraposição propunham; a) criação de uma "zona nuclear livre" na Europa Central; b) retirada das tropas estrangeiras do território dos países europeus; c) pacto de não agressão entre os países da NATO e os do pacto de Varsóvia; d) acordo sobre ataques de surpresa; e) cessação imediata e definitiva das experiências atômicas.

Acontece que nada disso se realizou. Acontece que o mundo continua perplexo diante dos continuados procedimentos de guerra. Acontece ainda dentro da Alemanha a luta pela conquista de pedaços de terra — luta que divide dolorosamente uma nação e uma cultura. Discursando o ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, Sellwyn Lloyd, antecedendo a conhecida indicação russa, tomboú nos mesmos métodos de afirmação utópica de anestesiamento da opinião internacional, oferecendo plano gradual e progressivo para execução em diferentes fases tendo como base as seguintes condições abstratas mas específicas: a) suspensão das experiências atômicas; b) cessação da utilização de materiais fissionáveis para fins bélicos; c) fixação de limites máximos para as forças armadas das grandes potências; d) criação de uma organização de controle; e) acordo sobre medidas para impedir ataques de surpresa; f) utilização pacífica do espaço cósmico. Pretendia a Inglaterra também o impossível neste jogo camuflado de defesa da paz — pretendia a redução progressiva das armas convencionais, a redução dos estoques de armas atômicas, a proibição da manufatura e do emprêgo de armas químicas, biológicas e de destruição em massa e proibição do uso do espaço cósmico para fins bélicos.

Estamos agora na XVI Sessão da Assembléia Geral e os problemas continuam os mesmos, ou melhor, agravados constantemente pelo surto de novas corridas de demonstrações de força cósmica-nuclear, entre Rússia e Estados Unidos, seguidas da França e da Inglaterra. Depois da ruptura da Conferência de Genebra pela União Soviética, surge o plano norte-americano, — plano de desarmamento geral e completo sob controle internacional eficaz — sugerindo novas conversas e a convocação de uma conferência mundial para elaborar tratado capaz de fixar direitos e obrigações internacionais. Aqui, porém, nos mais variados setores de influência de opinião, ninguém acredita — mesmo com esperança — em nada que diga respeito à sincera preservação da paz. Fórmulas sucedem e planos novos substituem planos velhos. Recorde-se que o item relativo ao desarmamento foi incluído na Agenda da XV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, à requerimento da União Soviética.

Por enquanto nada surgiu de prático para eliminar o perigo da guerra. As recomendações não fazem fé de sinceridade política. Tanto que, o chefe da Delegação Brasileira, nesta XVI Sessão de agora, ministro Afonso Arinos, não esconde de declarar: a posição do Brasil é contra a utilização das armas nucleares e a continuação ostensiva das experiências atômicas, num sentido não formal mas conclusivo de vigência e continuidade da paz humana. Pretende o Brasil aproximar-se do sentido aberto da realidade política, social e militar do mundo moderno. De outra forma não poderia ser... Estariamos longe do mundo e das coisas do homem.

SINCERIDADE VERSUS DESARMAMENTO

NOVA YORK (Outubro de 1961) — Pouco interessa aqui a opinião pessoal do autor-jornalista. Compreendam bem: estamos falando de política internacional. Os convencionalismos formais não nos afastam da indiscutível realidade humana, social, econômica e geográfica. Não há quem possa acreditar na sensibilidade russa quando apresentam pretensão pretendendo a "proibição completa das armas atômicas ou de hidrogênio", lançando depois no espaço, numa demonstração de vigoroso avanço técnico-nuclear, poderosas fortalezas espaciais. A própria opinião pública não acredita "no desmonte das bases militares em países estrangeiros", enquanto estiver presente e fora de solução a questão de Berlim, de uma Berlim esquartejada pelo impacto de fôrças originárias de quatro potências de ocupação militar e política.

Assim os soviéticos dificilmente convencerão o mundo e muito difícilmente explicarão as razões da sua tática de ofensiva contínua. Também os britânicos, em resposta aleatória quase empírica, apontam a necessidade da "suspensão das experiências atômicas" e a necessidade da "utilização pacífica do espaço cósmico". Tudo quanto se fala oficialmente não se cumpre através de atos ou fatos conhecidos. A opinião pública norte-americana, — o povo, vamos dizer, — está cansada da vacuidade das medidas anunciadas e não praticadas. Refletindo êsse espírito de cansaço não obstante mais sóbrios, os representantes dos Estados Unidos estão procurando fortalecer a ONU e propondo a criação de organismo internacional de controle do desarmamento dentro do quadro das Nações Unidas. Fazem assim da questão do desarmamento um problema de base cuja solução de plano será possível por intermédio de etapas. — etapas nunca afastadas do imperativo natural de processo histórico.

Não faz muito *"The Saturday Evening Post"*, em editorial sob título *"Are We Helping Deliver The Congo The Communists"* — traduziu em comentário velado a inutilidade dos esforços norte-americanos para salvação da África — agora dizemos nós, da África subdesenvolvidos. De fato, as grandes nações, também a Rússia, estão sentindo a ameaça das exigências continuadas sob a máscara de grupos que adotando ideologias em moda usam do oportunismo para vantagens

políticas e materiais, — para revolucionarem para se armarem para tumultuarem o ambiente mundial de paz, — enquanto as chamadas "grandes potências conversam e negociam fórmulas plausíveis muitas vezes abstratas, de acordo e entendimentos recíprocos. Não querem, porém, enxergar que as guerras começam onde existe maior miséria social e mais intenso sofrimento humano. Porque o mais certo seria, em obediência da autodeterminação dos povos ou da não intervenção, — seria a ajuda técnica e financeira, nunca a colaboração armada ou militar em favor de movimentos populares de simpatia, liderados por homens que nem sempre expressam a vontade política de uma nação, — que estão hoje eventualmente no governo, para amanhã, misteriosamente apoiados, favorecerem guerrilhas e campanhas publicitárias em prejuízo da tranquilidade do mundo.

Ninguém está cuidando do futuro da civilização. Ao que parece, — é bastante doloroso, — cada qual, cada nação, cada governo, — parece cuidar apenas da paz para o momento, — da salvação dos que agora ainda vivem para uso e gôzo das temporais riquezas e das temporais oportunidades terrestres. Apesar de tudo, a fórmula capaz para o desarmamento, ainda não foi encontrada. E não será encontrada agora nesta XVI Assembléia Geral, por motivo mesmo das discussões e conversações anteriores, — ou também pelo incentivo cada vez maior dos conflitos violentos que surgem no **habitat** dos menores países da Ásia, da África ou da América Central. Daqui das Nações Unidas assistimos ao espetáculo tragi-cômico de um mundo delirante, inconsequente e devasso.

Felizmente a ONU ainda funciona em condições de temperança e de humanidade. Haja vista, como nossa contribuição histórica, o último relatório da Delegação do Brasil, à Comissão de Desarmamento. Estamos sendo coerentes com as nossas tradições. Mesmo não representando bloco temos falado linguagem clara para entendimento comum e universal. Não oferecemos nada praticamente impossível como proposição. Nossa voto, — afirme-se bem alto, — até agora, tanto em Comissão como em Plenário não escapa ao sentido da igualdade jurídica entre os Estados, — princípio que está arraigado na história da América Latina como muito bem acentuou o Embaixador Freitas Valle. As falsas tentativas de convencimento da opinião não oferece atrativos para o Brasil, isto porque, estamos entre dois fogos não querendo nossa responsabilidade envolvida com a adoção de medidas que favoreçam a desintegração do mundo presente e futuro.

A POSIÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

NOVA YORK — Outubro de 1961 — Faça-se justiça ao Brasil e aos homens que o representam nas grandes assembléias internacionais. No problema indeterminado do desarmamento sempre foi prático e conclusivo. Não se deixou levar pelas mentiras convencionais nem se burlar pela adoção de fórmulas equívocas e contrárias à própria natureza histórica do homem. Na última Sessão, — a XV Sessão da

Assembléia Geral das Nações Unidas, — a delegação nossa tomou parte ativa no debate geral sobre a questão do desarmamento, tendo afirmado os seguintes pontos de vista: a) manifestou-se contra a elaboração do tratado de desarmamento pela Comissão de Desarmamento, composta de todos os membros das Nações Unidas; b) opôs-se a idéia soviética de conexão entre o tratado sobre o desarmamento e a reforma do Secretariado; c) apontou certas similaridades entre, de um lado o projeto soviético e, de outro o projeto apresentado conjuntamente pela Itália, Reino Unido e Estados Unidos; d) opinou à favor da aprovação pela Assembléia Geral dos princípios gerais aceitáveis pelo Ocidente e pelo Bloco Soviético; e) apoiou a proposta do Reino Unido relativa à criação de um grupo de técnicos; f) apoiou igualmente a sugestão do Canadá e do Paquistão relativa, à designação do Embaixador Padilha Nervo, do México, para Presidente do Comitê de Desarmamento; g) sugeriu que os cargos de Vice-Presidente e de Relator do referido Comitê fossem ocupados por representantes de um país africano e de um país asiático. Atacou o Brasil ponto central do problema colocando América através do México, África e Ásia, os grandes pequenos países interessados na luta contra a guerra. Foi posição acertada que muita gente desconhece. Posição merecedora de aplausos pela integração do trabalho de países daqui distantes e que mais sofrem quando da eclosão dos fatais conflitos bélicos.

Acredita-se que a delegação agora chefiada pelo Embaixador Arinos, aceitando fórmula normal de procurar o desarmamento sem romper o equilíbrio militar entre os dois blocos em litígio, possa retomar os pontos fixados durante os debates da XV Assembléia, esclarecendo atitude realista que não adotada até então pelas nações maiores responsáveis pela tranquilidade pacífica do mundo moderno. Assim pretenderá quem sabe o Brasil a aceitação das seguintes normas com base nas teses que assim poderão ser enunciadas: a) o desenvolvimento da tecnologia militar deu à questão do desarmamento caráter novo que o torna diferente da questão clássica do desarmamento conhecida através de toda a história; b) a possibilidade do emprêgo de armas atômicas e termo-nucleares confere caráter universal às consequências de uma guerra geral e total e, portanto o problema passa a interessar todos os países e não apenas as grandes potências; c) só será possível o desarmamento através da manutenção do equilíbrio de fôrças; d) é indispensável a garantia do controle internacional efetivo no território das grandes potências e de seus aliados, inclusive no da República Chinesa; e) o mundo subdesenvolvido cujo desenvolvimento constitui um imperativo de paz, só poderá libertar-se dos seus problemas sociais e econômicos tendo ajuda positiva dos povos altamente industrializados e essa ajuda sómente será possível com a liberação dos gigantescos fundos empregados em orçamentos. Nada mais claro, melhor exposto e mais consentâneo com à realidade viva da política internacional... onde o Brasil ocupa lugar de inconteste

relêvo e de onde não sairá para fantasiar soluções que não encontram arrimo na verdade social e humana dos povos do Ocidente e do Oriente.

Está visto: não estabelecemos plano generalizando o impossível como fizeram os soviéticos quando pretendiam a supressão das fôrças armadas em tôdas as suas formas bem como a destruição de armas e munições de todos os tipos. Não saímos do limite dos fatos positivos, como os ingleses forçando a suspensão das experiências atômicas ou a fixação de limites máximos para as fôrças armadas das grandes potências. Estamos fazendo jôgo claro contando com o apôio valioso da verdade e do processo histórico. Estamos fazendo jôgo de sinceridade para não enganar ninguém, nem os vizinhos da boa vizinhança e nem os amigos distantes que conosco querem conversar. Sabemos que a paz permanente não é fácil de conquistar. Mas sabemos também que a paz permanente, — caso haja paz para os séculos futuros, — ela não se efetivará a não ser com a aplicação da lógica da sinceridade no entendimento entre os povos, — principalmente no entendimento entre aqueles povos que constituem a substância política e orgânica das Nações Unidas.

UTILIZAÇÃO PACÍFICA DO ESPAÇO CÓSMICO

NOVA YORK — Outubro de 1961 — Ainda os homens de boa vontade não conquistaram a paz aqui na terra e já disputam a utilização pacífica do espaço cósmico. Por iniciativa da União Soviética foi inserta na ordem do dia provisório da XVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, o tema da "proscrição do uso do espaço cósmico para fins militares da eliminação das bases militares estrangeiras nos territórios de outros países e da cooperação internacional no estudo do espaço cósmico". Quando os Estados incluiram na agenda o ponto "programa de cooperação internacional na questão do espaço exterior", a Assembléia juntou as duas propostas numa só, com a denominação de QUESTÃO DA UTILIZAÇÃO PACÍFICA DO ESPAÇO EXTERIOR.

Fazendo-se ouvir, o Embaixador Freitas Valle, então representante do Brasil, resumiu seus temores em expressões que merecem ser novamente lembradas. Assim disse: "os benefícios que possam derivar da exploração do espaço cósmico não devem de nenhum modo aumentar o hiato entre o pequeno grupo de países altamente desenvolvidos e a maioria das nações, cujos mais urgentes problemas estão vinculados com o desenvolvimento econômico". De ontem para hoje, passados três anos esses temores se positivaram através de ameaças surdas indiretas das fabulosas experiência para dominio do espaço e conquista da lua. As pequenas nações se afugentaram no terror humano vendo quebradas as últimas resistências para evitar o delírio de expansão de poder, que dominou meia duzia de líderes do progresso

técnico e científico amparados pelos ambiciosos do domínio absoluto da política internacional.

Não se comprehende como àquele tempo, sem maiores razões o pensamento do Brasil tivesse o voto contrário do bloco soviético. O Brasil pouco pretendia mas estava absolutamente dentro da realidade social atual. Se pretendia alguma coisa, essa coisa é fácil de resumir nos seguintes termos: 1.º — o Brasil tinha interesse em participar na ONU das discussões e estudos dos problemas decorrentes da exploração do espaço sideral; 2.º — o Brasil achava ser dever seu empenhar-se para que a questão não escapasse da competência da ONU; 3.º — achava que no domínio da disciplinação jurídica e política das atividades espaciais os Estados Unidos poderiam dar contribuição superior a que seria de esperar CASO SE TOMASSE EM CONSIDERAÇÃO APENAS SEU GRAU DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Não pretendíamos nada mais que isto: pretendíamos a igualdade de direitos, — igualdade que consubstanciasse a exploração e o uso do espaço cósmico sómente para benefício da humanidade e benefício dos Estados, sem vistas ao estágio do seu desenvolvimento econômico e científico.

O Brasil venceu a tese. Decidiu-se nomear Comissão. Mas devido o impasse entre o bloco ocidental e o soviético no tocante à composição da mesma comissão, das subcomissões científica e jurídica, nada se pode fazer estando a corrida aberta para os mais audaciosos e temerários. O mundo muito perdeu com o esquecimento eventual da posição brasileira e com o início da guerra fria espacial em desfavor das desprotegidas potências médias ou pequenas. Acreditamos e lamentamos que a Comissão não se possa reunir antes do término desta XVI Assembléia Geral. Os "fortes" e "grandes" não pretendem, ao que parece, a participação dos pequenos e fracos nos resultados mesmo imprevisíveis da conquista, julgada próxima, do mundo espacial.

A guerra ganhando maior área de expansão encaminhada esta civilização desgraçada para agonia da destruição da fé num mundo melhor e menos insincero, mas equilibrado e menos ambicioso. Parece incrível, difícil de crer, mesmo impossível de acreditar: ainda nada temos de positivo com respeito ao domínio material do espaço, mas os chamados "poderosos" já estão vigilantes para a caça do maior quinhão, não permitindo a igualdade de divisão dos bens extraterrestres entre aqueles que na terra não são iguais por força da desigualdade econômica. Estão aí presentes os malefícios dos efeitos da radiação atômica. Não se discutindo ainda, por impraticável nesta XVI Sessão, como possibilitar a conquista espacial a ONU deverá pronunciar-se — pois assim o mundo exige, — como defender o homem dando-lhe que proteção radiológica? — como defender povos inocentes dos níveis de radiação e contaminação? — num esforço para evitar, em tempo certo, a desagregação das energias morais que sustentam o prestígio inigualável desta sábia e até agora única organização viva da comunidade internacional e humana.

BRASIL E PORTUGAL

NOVA YORK — Outubro de 1961 — Não podemos, nós brasileiros, considerar Portugal apenas um país integrado no sentido da política ocidental como a Bélgica ou mesmo a Holanda. Em favor do povo português adquirimos compromissos históricos que são bastante conhecidos de outros países e das gerações que se sucederam. Andou mal o ex-presidente Quadros, quando atacou sem maior análise, os problemas de tumulto em Angola. A posição de Angola, bem o sabemos, não é a posição do Congo. Examinada essa posição como a examinados agora sem as paixões que a distância apaga, — Angola, como província ultramarina, equivale ao território do Acre dentro da comunidade brasileira — guardadas as diferenças geo-políticas e de formação organo-constitucional de cada nação. Qualquer programa das Nações Unidas, — programa para a África de independência e desenvolvimento, — jamais atingirá Portugal com o sacrifício de Angola, não obstante conflitos internos e externos provocados por aquêles que pretendem a derrubada do governo Salazar.

Ainda na semana passada, lendo entrevista coletiva concedida aos jornais português pelo sr. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros, não admirei como poucos admiraram, as advertências e os ataques feitos em prejuízo do conceito das Nações Unidas. Não há aqui nenhuma campanha específica contra Portugal. Como Assembléia, que recebe manifestações gerais do pensamento político universal, não poderia ficar alheia às questões africanas, muito menos às denúncias formalizadas com atitudes revolucionários que forçaram a entrada de Angola nos debates de crítica da imprensa internacional. Não é autêntico que a ONU esteja sendo veículo de "alargamento do âmbito do expansionismo imperialista" e que seja o seu intento "enfraquecer ainda mais o ocidente". São Palavras demasiadamente rudes, — palavras que devem merecer o aprêço de Portugal, — mas que não convencem a opinião estrangeira, tantos são os objetivos de crítica ofensiva à posição neutral das Nações Unidas. Está claro que, como corpo político internacional que é, não poderia a ONU simplesmente ficar a favor ou em desfavor de Portugal, reconhecer ou desconhecer o caso de Angola.

Está meridiano: os interesses de Portugal — por quanto serão legítimos, — com respeito aos refugiados no Congo, aos acontecimentos de Angola e a recusa em submeter ao julgamento da Assembléia a administração do ultramar português, — parece não haver unido o bloco afro-asiático cuja posição de resistência jamais colocará em prova a capacidade moral e política da nação amiga. Concorde o ministro Franco Nogueira: os quinze anos de vida das Nações Unidas não tem "correspondido ao retrocesso da verdadeira independência dos povos e ao cerceamento dos direitos humanos". Todos estamos atentos, na defesa da soberania do Estado lusitano. O

"terrorismo psicológico" e as "vozes tumultuárias" não convenceram delegados de Estados livres e democráticos. A ONU quer os fatos. Também queremos os fatos, não para julgar, mas para permitir que a nação portuguêsa mantenha perante o futuro, a tradição do seu patrimônio histórico, — inalienável perante as leis internacionais. Acredito sinceramente: não será daqui "do alto destas tribunas de organização da paz que pronunciar-se-ão brados de guerra contra Portugal..."

A importância dos países africanos está aumentando natural e assustadoramente. A concessão da independência aos povos coloniais e a transferência de poderes aos povos dos territórios não independentes, — assunto que figurou na ordem do dia da XV Sessão da Assembléia Geral, — não obstante defender a tese levantada o Brasil não assumiu posição definitiva. Se o Brasil foi o advogado da criação da "Comissão Econômica para a África", nada quer dizer de nossa orientação e do nosso apôio a todos os planos de assistência técnica aos africanos, — apôio que se deve condicionar a reserva geral, — desde que não se esclareça o sentido político do processamento da iniciativa dos Estados Unidos, — ao que parece ainda em estudos na Comissão Política. Não faz muito tempo, o Chanceler Santiago Dantas, falando à imprensa do Rio de Janeiro, afirmava que a questão de Angola é delicada. "A posição a ser tomada não deve ferir frontalmente aos interesses de Portugal", mas ao mesmo tempo não deve quebrar a linha de coerência no tocante ao "problema colonial". De qualquer forma estamos falando de povos que vivem em territórios não autônomos e longe da possibilidade de conquistarem os frutos da autodeterminação. Será necessário, porém, não esquecer outro ponto básico da nossa conduta em política externa: o ponto básico que se revela através do princípio da não-intervenção.

PORUGAL E ANGOLA

NOVA YORK — Outubro de 1961 — Junto às Nações Unidas, a posição do governo português pode ser definida, através de dois pontos: **primeiro**, o governo português desconhece a existência de territórios não autônomos sob sua administração, pois que todo o seu território é dividido política e administrativamente em "províncias", todas com estatuto igual, inclusive suas "províncias ultramarinas"; **segundo**, em consequência qualquer interferência da ONU com respeito à Angola ou Moçambique, fere o Art. 2, número 7, da Carta das Nações Unidas. Para Portugal, dentro da ordem constitucional, Angola ou Moçambique, não são territórios "não independentes". Acusa-se, porém, Portugal, o que não é justo, de haver modificado a sua legislação político-administrativa sobre suas províncias em 1952, numa provável preparação para seu futuro ingresso nas Nações Unidas "quando então já se dispunha enfrentar o cerco anti-colonial sob proteção do Art. 2 n. 7 da Carta, ainda agora citados. Mas as mudanças de es-

trutura política não são passíveis de crítica negativa quando se aproximam dos acontecimentos históricos ou atendem às mutações da opinião popular motivadas por conquistas de ordem humana e natural. Como a Espanha, o território de Portugal se caracteriza pela **unidade de todo**. E a Espanha, justificando-se em explicações razoáveis, não está enfrentando como Portugal, os azares de movimentos subversivos, — movimentos propensos à possível quebra desse **todo único** que é a unidade do território português.

Sobre Angola, o deputado Eurípedes Cardoso de Menezes, pronunciou discurso em nossa Câmara dos Deputados, de expressiva repercussão aqui nas rodas de livre conversação da ONU. A legitimidade dos argumentos versados pelo parlamentar brasileiro encontraram aceitação lógica e conclusiva: "se a descontinuidade geográfica não se reconhece como argumento válido, poderíamos perguntar que se o que se alega na ONU contra a permanência de Portugal na África será, porventura, a diversidade de raças ou de cultura nas províncias do Ultramar?" Clame-se, então, reafirma o deputado brasileiro, pela divisão da Suíça em quatro nações, da Índia em tantas quantas são as raças e os povos que a constituem. Os exemplos, ouvida a história, não merecem ser desprezados. Inclusive o exemplo das quatro maiores potências: Rússia, Estados Unidos, Inglaterra e França. Não-independência e autodeterminação configuram ainda conceitos vagos e abstratos. Será preciso a conceituação material e jurídica. Não bastam atos e fatos de violência subversiva ou revolucionária. Cabe à ONU, não sómente aceitar proposições divisionárias, mas indagar através de inquéritos ou de pesquisas honestas e reservadas, se Angola pretende ou não a independência e a autodeterminação política, — sem atender as provocações do espírito de pirataria que ameaça o mundo de novas retaliações sangrentas e injustificadas juridicamente pela própria Carta das Nações Unidas.

Outra questão de importância vale uma pergunta: até onde chega o limite da capacidade jurisdicional da ONU para decidir sobre a situação jurídica de tais territórios que estão integrados num **tono nacional**? A imprecisão do conceito é uma realidade não contestada. Porém a presença de numerosos Estados-Membros anticolonialistas e a posição de enfraquecimento crescente dos partidários do colonialismo, oferecem à ONU condições de **legislar** mesmo alterando definições até agora consideradas clássicas. No caso de Angola procura-se saber onde está a verdade: se Angola aspira mesmo a independência e a autodeterminação... Provadas parece não ficaram as acusações de Portugal manter populações subjugadas pela força das armas. Não sendo um território sob tutela, a posição do governo português foi acertada e necessária, — sobretudo corajosa e coerente. Tudo ainda depende, salvo fatos novos da conceituação também de **colonia**, — não a conceituação simplista que se pretenda mas aquela conceituação determinativa que transforma povos não autônomos em povos soberanos.

O problema não é sómente de Portugal, — mesmo Portugal não admitindo outra expressão que não a expressão de "província" ultramarina". Os territórios não-autônomos do mundo contemporâneo estão sob administração dos seguintes Estados-Membros: Austrália, França, Países-Baixos, Nova Zelândia, Portugal, Espanha e Estados Unidos. São poucos mais de cinqüenta entre os de maior ou menor extensão. Cabe ao Brasil não permitir o isolamento de Portugal nos debates da Comissão Política ou de Plenário. Não importa que Portugal tenha modificado sua legislação. Não foi o único e nem será o último país no mundo em fazer tal coisa, face os fatos imperativos da realidade histórica. Angola é episódio português para ser respeitado e considerado em termos de conhecimento dos homens e das coisas angóleas. Não é território vazio de autoridade e de soberania. Pelo menos, por enquanto, não é terra ocupada, nem povo escravizado. Portugal, estamos certos cumprirá as obrigações decorrentes da Carta das Nações Unidas. O Brasil também procurando tornar menos difícil a posição de Portugal, nesta XVI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

SERENIDADE NA CRISE PORTUGUESA

NOVA YORK, — Novembro de 1961 — Não obstante, certas atitudes de maior crítica, Portugal procura manter-se no limite estreito da realidade política. Tratado de maneira desigual não pode esperar silencioso o desenrolar dos fatos como silencioso o Brasil não pode aguardar a decisão final das Nações Unidas. O problema é de tese; o colonialismo onde existe não pertence tão sómente à área administrativa do povo português. É princípio para ser atendido e não uma norma para ser explorada. Neste mundo de hoje existem com promissos para observar — compromissos que são históricos, que são humanos e que são geográficos — no sentido do bom e correspondente entendimento entre as nações, Angola — vasto território — está em condições de ser ouvida, sem a violação dos recursos, jurídicos de direito internacional. Não basta no caso — como não será possível em casos semelhantes — a intervenção pura e simples das Nações Unidas. Dois exemplos estão bem vivos: os exemplos da Coréia e do Congo, para não experimentarmos outra vez a provocação de guerras intestinas completamente desnecessárias para a paz e para os objetivos da Carta votada em São Francisco.

Em recente editorial o "Diário de Notícias" de Lisboa, faz salientar em palavras apaixonadas, mas autênticas, o que Portugal pretende da América. Assim escreve: "fazer uma política de alianças pondo da parte os aliados ou de amizade sem estratégia que, na história, não tem precedentes. Sem amigos não se faz política, nem externa nem interna. Nunca ninguém governou com inimigos. E a América parecendo tentar, por vezes essa façanha, só se enfraqueceu no mundo, apesar da sua imensa força e só comprometeu a eficácia e a autoridade da sua ação e do seu prestígio". Mas adiante: "os Estados Uni-

dos da América são um grande povo que assumiu responsabilidades históricas de extensão mundial. Não lhe ficará mal de vez em quando, com o balanço dos seus êxitos e dos seus percalços fazer sob êsse ângulo o seu exame de consciência. Deve estar a fazê-lo se não o fêz já". As mesmas censuras, nós americanos do sul fazemos aos Estados Unidos. No processo de nosso desenvolvimento econômico de pouco valem as fórmulas de repercussão como a Doutrina de Monroe a Operação Panamericana ou a Aliança para o Progresso quando o povo sente na carne o agravamento dos problemas de sobrevivência, vida e bem estar social. A OPA, de sua parte, hoje relegada era o protesto de um continente, denunciando os abusos do esquecimento e da má fé contra aquêles que quase esgotaram tôdas as nossas mais caras ilusões.

Possui bastante razão o editorialista do "Diário de Notícias", em asseverar que o "problema das relações entre o leste e oeste, o problema da paz e da guerra não podem localizar-se em determinadas zonas, em detrimento ou em esquecimento ou com agravo dos outros. O ocidente é solidário. Os problemas ocidentais são solidários". Também assim pensamos nós, os brasileiros. Somos solidários na defesa do que é nosso — na defesa de uma legislação que sómente nós podemos alterar, quando ouvidas as conveniências nacionais e a vontade do povo. Sentimos com Portugal, o agravamento da situação de Angola. Mas não queremos correr o grave perigo de admitir para a ONU qualquer ação unilateral. Queremos tratamento igual para o país português. Também concordamos: "chegou a hora das realidades. Só com elas e não com miragens, transigências constantes e sonhos — se pode contar". O que impressiona sobre Angola, são os fatos — fatos que obrigam serenidade na crise — crise que não deve oferecer motivo para novas disputas de guerra e desespôro coletivo.

A caminhada não será fácil. Tendo a União Soviética apresentado à Mesa da Assembléia Geral, moção que pede a "liquidão final e incondicional do colonialismo por tôdas as suas formas e manifestações" até o fim do ano de 1962 — não quer dizer, para as delegações de outros povos, que esteja sendo pré-julgado o caso de Angola. A presença respeitável de Portugal na ONU poderá melhor explicar o relatório da sub-comissão de inquérito, em vésperas de conhecimento e discussão. Portugal não tendo sido ouvido poder-se-á fazer ouvir. Não convencendo o relatório — pela unilateralidade que teremos — que se façam outras pesquisas, ouvindo a gente angolense também interessada na "definição" precisa dos acontecimentos. De qualquer modo, não nos cabe discordar do sr. Jaja Wachuku, Embaixador da Nigéria, quando acha que a "África não pode continuar a servir para albergar os excedentes demográficos da Europa". Com a América — com a nossa América do Sul — foi diferente. Foram êsses excedentes, por nós sinceramente albergados, que fizeram a nossa grandeza e estão construindo a nossa força. Que a crise portuguesa não se transforme numa imposição africana — é o nosso desejo.

A ÁFRICA E O MUNDO

NOVA YORK — Novembro de 1961 — Em nosso último artigo nos referimos às expressões do embaixador Jaja Wachukú, ministro das Relações Exteriores da Nigéria. Não há dúvida que a África quer se bastar à si própria na sua vontade incontida de autodeterminação. No que se concerne ao "africanismo" não interessa não concordar com o representante nigeriano. Já dissemos, em tempos passados, que a América era dos americanos. Que a África, então, seja dos africanos, — salvo reservas que enobrecem, na América, cidadãos do mundo todo que aqui vivem construindo civilização nova e diferente. Os africanos não estão querendo ser iguais aos americanos. Serão diferentes, agora, mas sentirão, de futuro, os êrros dessa diferença discriminatória. Tudo quanto devemos, já no Sul, aqui neste Norte da América, aos italianos, francês, alemães, asiáticos, espanhóis, aos africanos mesmo — são benefícios sem conta, é a colaboração honesta, a contribuição de trabalho e de riqueza, a afirmação de raça compondo nações harmoniosas no entendimento social e humano. Não nos fechamos no racismo político e nos abrimos para todos os credos e etnias, numa demonstração flagrante de respeito ao homem universal, — agora sofrendo divisores que a incompreensão de líderes eventuais impõem ao mundo em feições de provação e desafio.

Chocando para perplexidade nossa, o sempre silencioso plenário da ONU, o ministro nigeriano dos Negócios Estrangeiros, começou por declarar que a Nigéria não é um país neutro ou neutralista, "mas interessado por tudo quanto interessa a África". "E' pois, nossa intenção, — prosseguiu em discurso, — propor que a Assembléia decida sobre a abolição definitiva do colonialismo (sómente na África) dentro de prazos determinados". De qualquer modo, a África, — acrescentava o ministro Wachakú, — "não pode servir para albergar os excedentes demográficos da Europa". Abordando a questão da Argélia, analisou a situação angolense, encaminhando ao governo português sugestão para que: 1.º — reconheça o princípio da independência do povo de Angola, chame-lhe autonomia, autodeterminação ou o que bem quiser; 2.º — deixe de considerar bandidos ou chefes nacionais listas em Angola, homens reconhecidos pelos Estados africanos como verdadeiros chefes do seu povo; 3.º — ponha de pé quanto antes uma estrutura administrativa própria e autônoma para Angola e Moçambique. Ao mesmo tempo, estamos vendo, que pleiteia a independência angolense, reconhece para Portugal o direito de conceder "estrutura administrativa própria e autônoma" para as duas províncias num jôgo claro de pensamento contraditório.

Numa demonstração de que a intenção não é sómente aquela de acabar com o colonialismo, o embaixador Djermakokoye, do Niger, acusou o "neutralismo que proclamam alguns Estados africanos, como disfarçada forma de adesão a um dos dois grandes blocos do mundo atual". Entristece sentir a África no caminho das maiores con-

vulsões. O colonialismo é fato de indisfarçável condenação. Mas abusar de povos ainda não politicamente maduros, prometendo-lhes uma independência forçada e marcada pelo amargor de guerras e com o sacrifício de gerações, — é desumanidade que líderes do oriente e ocidente não poderiam jamais permitir. O território africano está quase todo conflagrado. Ideologias se chocam de maneira desesperada. E' Argélia. E' Katanga. E' Mauritania. E' a África inteira, o Congo já abandonado pelos Belgas, mesmo a África onde ingleses e franceses cederam os direitos de soberania aos governos locais. Dentro do panorama dêste nosso século ao que parece será agora o continente africano teatro das conquistas bélicas mais injustificáveis, tendo como objetivo a libertação de povos chamados escravos e que precisam, de novos donos para ganhar o prêmio da liberdade política.

A África para os africanos! — que seja a grande verdade esperada pelo Ministro da Nigéria. Uma África de negros e gente de côr onde não hajam brancos dominados ou dominadores. Uma África que não seja o retrato da América que tanto admiramos, — sem alemães, ingleses, russos, italianos, portuguêses, árabes, chinêses, irlandeses, espanhóis, francêses, japonêses, — uma África fora do tempo dos nossos dias e caracterizada pela fôrça da côr e pelo dispositivo da raça... Deus não queira que isto aconteça depois que os homens se aproximaram tanto pelos mesmos ideais de fraternidade universal. A discriminação que aqui condenamos e que incontáveis prejuízos trouxe para a evolução americana - discriminação hoje quase morta, - morta pelos avanços do conhecimento, da técnica e da ciência, - está fazendo da África um continente surdo ao reclamo das mais significativas conquistas sociais. Fatos mais importantes que os episódios da Argélia, do Congo ou de Angola, ainda estão por acontecer, — caso as Nações Unidas não queiram entender o drama do continente africano sacrificado pela exploração aventureira de correntes armadas em choque de luta mercenária cuja finalidade não se fixa apenas no ideal de libertação dos povos da África, — mesmo que até ontem estivessem os africanos despreocupados e distantes decêndios dos problemas políticos e espirituais do mundo moderno.

CHÓQUE E CONTRASTES

NOVA YORK — Novembro de 1961 — Uma das características atuais, observado o plenário das Nações Unidas, é ninguém estar de acordo com ninguém. Ao tempo da sua fundação, em 1945, contava 51 Estados-Membros. Hoje está com 101, não contando a Mauritania e a Mongólia. A medida que vão sendo **autonomizados** pelos países chamados coloniais, novas nações solicitam admissão na ONU, para onde levam o clamor das disputas fronteiriças e os preconceitos adormecidos por tanto tempo de incontinência no trato da política internacional. Chegam até para pleitear direitos seculares não existentes. Chegam falando palavras de desafio ao mundo. Inclusive, agora, colaborando no fracasso da organização da ONU pela ameaça do não

recolhimento das contribuições financeiras obrigatórias em obediência aos acôrdos firmados através da Carta jurada e não conjurada. Tudo isso ainda a ponto daquele ilustre ministro Wachuku, muito admirado pelo seu talento verbal, afirmar com ênfase: "perdi a confiança nas grandes potências, — elas preparam-se para subir do pedestal da grandeza para o pedestral da loucura".

Quem sabe seja por isso, que a África possua êsse desejo psíquico de bastar-se a si própria na sua vontade de independência e liberdade política, afrontando o quanto pode as fôrças imponderáveis do ocidente. Quanto mais cêdo chegarmos à loucura, tanto melhor para o líder africano Wachuku. "Esperamos delas, — as grandes potências, — uma diretriz e elas oferecem-nos a destruição". Para continuar acusando: "esperávamos delas o bom senso: elas dão-nos a ignorância; esperávamos delas a objetividade: apresentam-se aos nossos olhos suas visões deformadas". E pergunta: "que direito têm elas de esperar que sigamos uma tal orientação?" A invectiva não tem resposta. O esforço das nações neutras, — se é que possa haver neutralidade nêste mundo apequenado pelo progresso da ciência e da técnica, — é para não submissão à orientação das grandes potências. Pobres, porém, das pequenas nações, se através do "neutralismo" ficar quebrada a unidade de decisão e de prestígio da ONU!

Nessa luta de vindita política, — nativa, espiritual, cultural, — a África precisa não esquecer, — como também os pequenos países da Ásia, — que está falando alto para o mundo ouvir, porque as Nações Unidas existem e sobrevivem, não obstante crises de provocação deflagrada com o intuito de desmoralizá-la e enfraquecê-la. Desapareça a ONU, outro campo aberto de luta livre não haverá, para aquêles que agora pretendem destruí-la, não colaborando sequer para o processo da sua estabilização econômica. A suscetibilidade existente dos antigos povos chamados coloniais contra o ocidente, não concorre para salvar a paz ou trazer a tranquilidade para o continente africano. A ONU sempre será útil às pequenas nações: é uma tribuna de protesto perante o mundo civilizado. Os países afro-asiáticos, que dispõem de 48 votos sobre 101, não queiram, — assim também Deus não queira, — sobrepor a vontade de "bloco" à consciência da razão e dos princípios que regem o equilíbrio da comunidade internacional. Não pretendam paralizar os esforços da ONU com ameaças que não sejam do interesse geral do mundo. Aqui não estamos tratando de um só continente ou de homens de cônices e culturas diferentes. Estamos tratando de preservar aspirações que são, não de um continente, mas de toda comunhão internacional.

Quando se recomeçam as experiências espaciais na atmosfera poluindo o ar que respiramos, sejam os 48 votos do "bloco" afro-asiático para impedir as explosões nucleares. Tanto América como África sofrem os perigos das super-bombas russas e norte-americanas. Não sejam êsses 48 votos apenas votos de represália, de incompreen-

são, de susceptibilidades feridas pelo acaso histórico. Os violentos ataques verbais efetuados contra a ONU constituem conspiração em favor das forças anti-humanas e, principalmente, conspiração contra os países subdesenvolvidos. Não façamos a política dos chôques e dos contrastes absurdos. Mais importante que as críticas fáceis à ação das Nações Unidas, sem preconceitos estéreis e vegetativos, é o apôlo que possamos dar à proposição da India, já apresentada na Comissão Política, assim redigida: **"A Assembléia Geral exprime a sua profunda inquietação e lamenta profundamente o recomêço das explosões nucleares experimentais"**. A matéria, mesmo votada, ainda não está vencida. Mas êste será o caminho dos povos que desejam sinceramente a paz. A questão mais urgente, em tempos sem guerra, é a vida do homem, — é o homem viver na confiança do futuro, — de um futuro que sendo seu, também é o futuro dos seus filhos e netos.

DE HAMMARSKJOLD A U THANT

NOVA YORK — Novembro de 1961 — Afirmei em Paris, quando em dezembro último observava os acontecimentos políticos, que o "referendum" francês não seria nunca solução para os problemas da Argélia. Afirmei ainda - está escrito e publicado neste jornal - que qualquer manifestação pelo "sim" ou pelo "não", jamais traria entendimento entre os grupos em choque. Falei certo e acertado, não enganando o otimismo daqueles que ainda acreditavam ou acreditam, como acreditamos ainda, no prestígio moral e militar do presidente De Gaulle. O aspecto importante do conflito residia precisamente no sentido de uma guerra, não de independência ou pela autodeterminação, mas de uma guerra cujas consequências até agora indefinidas sómente uma justificativa poderia ter: o amadurecimento do povo argelino, educado políticamente pelo exemplo da França e do que os franceses ensinaram ao mundo através de revoluções e golpes de Estado, contra os privilégios e a saturação do sentimento de líderes necessitados de atmosfera para sobreviverem ao domínio e suborno da história.

Esse será dos grandes problemas das Nações Unidas — principalmente problema do novo secretário geral — do embaixador da Birmania, U Thant. Substituindo Hammarskjold vai encontrar a ONU dividida em três correntes quase não conciliáveis: a "ocidental", a "soviética" e a "neutralista". Dentro desse quadro melancólico, ainda sobre o "bloco" afro-asiático, bastante forte em número e decidido impôr condições que poderão trazer, principalmente para a África, soluções contrárias à paz e à tranquilidade do mundo.

O ministro U Thant, que agora é homem afável, de não muito agitação como seu antecessor, conhecedor do drama dos povos fracos, mas atento aos fatos mais que a vontade de governos que passam ou de líderes que se esquecem dêle, ser um homem cordial e ameno, senhor da filosofia da sua gente e crente da imponderabil-

dade do processo histórico. Herda uma responsabilidade — a responsabilidade de ser forte para não se deixar atrair pelos fazedores de revoluções e guerras. Herda, além da responsabilidade de ser e fazer-se forte, influências que não enganam, — aquelas influências que levaram povos inocentes ao massacre de suas convulsões, às de 1914 e 1939.

Dag Hammarskjold — falemos a palavra da clareza — conhecia os assuntos políticos internacionais na sua horizontabilidade. Não os penetrava no sentido necessário da "verticalidade". Desvia-se das "tensions trop fortes", como diriam os franceses, entrando no palco de ação das fôrças em conflito, não para resolver litígios não solúveis, mas para afirmar em profundidade as raízes do prestígio das Nações Unidas, muitas vezes para preservá-la das decisões finais — das decisões que engano amente pudessem enfraquecê-la diante dos olhos da opinião internacional. Amoroso para com a organização que dirigia não fazia concessões como não impunha resultados. Era todo diplomacia e equilíbrio no acompanhar das oscilações políticas, parecendo melhor aceitar as determinações do "tempo", jogando no tempo, aguardando as explicações no tempo. Tinha em mãos, pela experiência de administração, elementos para assim proceder. Estava, porém, num fim de jornada, com dificuldade para manter a constância de um mesmo jôgo — jôgo demais conhecido para desafiar o interesse dos grupos contrários. Com U Thant, não sabemos, o que poderá acontecer. Aceitando o cargo discutido, aceitou numa decisão corajosa, uma herança como responsabilidade de manter a paz.

A questão da Argélia, que exemplificamos, tem oito anos de guerra interna. Dizem que no passado lutou quinze anos, de 1830 à 1845, para resistir à conquista francesa. A França a julga integrante do patrimônio francês. Mas, nestes anos de rebelião, que, por enquanto, não queremos julgar, com uma população de dez milhões de habitantes, a Argélia teve a perda de 150 mil homens mortos em diferentes frentes de batalha. É problema para o novo secretário geral. A Carta do Atlântico, ainda vigente, não ficou esquecida pelos argelinos, que pediram a sua aplicação já em 1945, logo depois da vitória dos aliados sobre o nazismo. Pior que a Argélia, está o Congo, com duas verdades, dois governos, duas inclinações — tendências opostas que não permitem sequer uma divisão honrosa de partes geográficas. É bom não esquecer para o novo secretário geral, de Ruanda-Urandi, que numa época de superbombas nucleares, realiza uma guerra tribal, em pleno coração da África, com macetes, arcos e flechas. Convém lembrar a China continental e a autenticidade da representação de Formosa. Lembrar as exigências da Índia. Apontar o que dizem os russos sobre a realidade de "Berlim". E Angola também, indecifrada pelos brasileiros, não obstante possível existência de relatório oficial do embaixador Negrão de Lima, enviado como observador pelo governo do sr. Jânio Quadros — relatório ainda desconhecido dos orientadores e executadores da política externa brasileira.

Não queríamos lembrar Cuba ali ao lado da Flórida. Cuba, hoje para as Nações Unidas, problema de menor importância, mas de importância maior para milhares de cubanos residentes nos Estados Unidos — em Miami e Nova York — agitados, delirantes, provocativos, realizando comícios em lugares privados e públicos, numa demonstração ideológica de que a força pela força se combate. Felizmente no Oriente Médio parece haver agora maior sossego. O Egito marcha para o sacrifício de Nasser. Entretanto, dentro desta XVI Assembléia Geral, 72 países votam contra a continuação das experiências nucleares, 21 a favor e 8 se abstêm de votar num resultado anedótico, de que 29 nações acreditam que as superbombas venham explodir apenas nos territórios vizinhos.

Há problemas menores, está claro. Entre êles o do incomprendido "neutralismo" brasileiro. Há maiores, também, na agenda dêste ano, como a questão do desarmamento, lançada em termos patéticos pela Rússia, Estados Unidos e Inglaterra. Sabe U Thant, como sabia seu antecessor morto, que o mundo inteiro hoje vive, em razão das barrigas que estão nas bocas, gritando pão, carne, assistência — igualdade econômica para homens que são diferentes em côr, origem e educação. Consolidar dentro da história que é miraculosa — consolidar o presente e o futuro das Nações Unidas — será esforço de todos nós amantes da paz e do respeito humano. Então Argélia terá seu ponto final. Congo e Cuba se tranquilizarão. Angola será ouvida e respeitado será Portugal. Prazam os céus não estejamos errados em nossas esperanças. Se errados estivermos, que Deus se apiede do seu filho feito homem, para como homem destruir a própria espécie por Deus criada.

DIPLOMACIA E NEUTRALISMO

NOVA YORK — Novembro de 1961 — O ilustre Gilberto Amado, — meu amigo e brilhantíssimo companheiro de representação aqui, nesta XVI Assembléia Geral das Nações Unidas, — em seu livro "Presença na Política", fazendo sensíveis memórias do tempo que passou, sai-nos com esta afirmação de indiscutível verdade histórica: **"Hoje, trinta e cinco anos depois da comemoração da Independência, continuo fiel à minha crença... meu fervor não esfriou, mas sofro muito. A população cresceu, o Brasil não. A maturidade ainda está longe. O Brasil continua menino. Seu juízo é pouco. Seu caráter modificou-se. Era sério; ficou pandego. Os valores se malbarataram".** Mesmo não queiramos concordar os fatos aí estão evidentes. Quanto mais desenvolvo minhas observações, o que vejo? Vejo o país, — êste país que é o nosso Brasil — isolado da responsabilidade do mundo na solução dos conflitos internacionais. Sinto que estamos sózinhos. E que quando falamos, falamos para ninguém ouvir, em palavras entremeadas de falsa convicção, de orgulho não justificado, de posição política não qualificada.

Estamos perdendo a liderança natural entre as nações latino-americanas. Não há, — lamentavelmente sentimos agora, — unidade de instrução e orientação por parte do Itamaratí. Não estamos preparados para os grandes embates internacionais, em virtude dos vários caminhos que temos pela frente, — caminhos que provocam a indecisão nas atitudes e a liberdade de representantes nossos em decidir, — porque, precisam decidir para votar, — sem o conhecimento de fato das causas ordenativas da política exterior brasileira. A desordem que dominou internamente, afetou o mecanismo das relações externas. Cada posição representativa é uma posição isolada pessoal. Em defesa do prestígio internacional do Brasil, — dêsse Brasil continuadamente menino e de pouco juizo, — cabe ao Itamarati o esforço de conjugar os interesses nacionais com as verdades naturais da política internacional, informando e obrigando manifestação de conduta única para nossas embaixadas e representações no estrangeiro. Num grande passo de êrro mágico, no governo anterior (do sr. Jânio Quadros), inclinou-se o Brasil para o prestigiamento do **neutralismo** de Estados distantes, nomeando representante observador, mas esquecendo três circunstâncias: primeiro a circunstância de que o panorama do mundo está caracterizado; segundo a circunstância de que ao neutralismo não corresponde atitude afirmativa; terceira a circunstância de que haviam compromissos anteriores que honra e respeita.

Óra, o Brasil pertence ao quadro das Nações Unidas. Possui representação na Organização dos Estados Americanos. Está presente, por delegação permanente na UNESCO. Qualquer ação ou manifestação de vontade que escape aos trâmites normais das conversações de ordem jurídica, não ocorrem para robustecer posições anteriores, — ocorrem sim para provocar dúvidas quanto à nossa sinceridade de propósitos ou quanto à lealdade da nossa palavra como país soberano. Diplomacia não é guerra e nem afronta. Diplomacia é isto: pesquisa dos pontos comuns de interesse entre nações diferentes ou distanciadas; informações seguras à Secretaria de Estado para administração de política de unidade de ação pública; contribuição de análise dos fatores diversos no sentido de que a posição nacional possa ser afirmada, entre os episódios da verdade internacional e o sentimento da opinião política da nação. Cabe, constitucionalmente, ao presidente da República, orientar a política exterior. Não cabe, porém, violentá-la, não escutando, não atendendo, os reclamos da sensibilidade ou compromissos nacionais.

Em diplomacia, já fizemos o máximo, sem nunca realizar o mínimo. Dou um exemplo: a carta que o sr. Jânio Quadros dirigiu ao "premier" Krushchev. Esclarece assistir ao isolamento do Brasil. Também o mundo não é culpado das nossas crises de explosão sectária dos nossos déficits orçamentários, da nossa desorganização administrativa, do empobrecimento crescente do povo brasileiro. E' culpado, muito menos, das **experiências descontínuadas** que fazemos com a adoção de planos de desenvolvimento econômico. Também não é culpado

da divisão dos políticos e dos homens responsáveis. Com os pequenos Estados abandonados e segregados da direção nacional. Com a federação ameaçada pelos sucessos ou insucessos do parlamentarismo. Pesa sobre o Brasil, aqui no estrangeiro, um melancólico silêncio quanto ao que possamos fazer no presente e no futuro. De uma ou de outra forma, a isto se reduziu o nosso trabalho: num esforço perdido através de posições líricas assumidas tão desastradamente. Mas ainda acreditamos no Itamarati e nos homens do Itamarati. Se o Itamarati quiser ou puder compreender sob a administração hábil do ministro San Thiago Dantas os nossos interesses que são muitos, — interesses que são as razões do nosso progresso econômico e da nossa existência política, — então poderíamos apagar os equívocos manifestados e prosseguir tranqüilos sem grande preocupação pela indiferença reinante em torno da nossa força e capacidade de realizar. Assim deixaríamos de ser “o Brasil menino e de pouco juizo”, — êsse Brasil que agora tanto impressionou o amor carinhoso de Gilberto Amado.

OS ORGANISMOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

NOVA YORK, — Dezembro de 1961 — Causa satisfação apreciar o resultado da cooperação econômica entre os povos, depois da II Guerra Mundial e da existência vigilante das Nações Unidas. Tanto as organizações regionais, como as organizações supranacionais europeias, como as organizações intergovernamentais, não governamentais e os organismos de economia mundial, realizam obra de ação pública e social do maior interesse humano. Não bastariam atualmente apenas os entendimentos políticos e diplomáticos. Terminado o último conflito, discutiu-se imediatamente bases para o estabelecimento de ampla cooperação econômica internacional, com a finalidade de reconstruir os países devastados, estabelecer condições de estabilidade para a economia internacional e promover o desenvolvimento econômico das regiões menos desenvolvidas.

De longe, poucos compreenderão a altitude nobilitante dessa luta continuada. Muitos, por forças das fáceis análises críticas, dirão que nada ficou resolvido e que o mundo piorou para sacrifício maior do homem. Não contestaremos. Os fatos não convencem desde que os problemas econômicos se agravaram por influência de fatôres diretos ou indiretos, atuantes na distorsão da verdade social. Dirão que reuniões ou conferências internacionais não traduziram resultados satisfatórios. Mas o mundo sofrido, países pobres e fracos, sentiram esta realidade: a realidade de que existe e pré-existe políticamente áreas de vida econômica que precisam ser atendidas em parte para a tranquilidade do todo, a realidade econômica de estrutura que impede acordos mesmo entre homens de boa vontade. Daí sair a Carta de São Francisco com o “pensamento de elevar o nível de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade e para promover o progresso econômico e social de todos os povos”.

Na hierarquia de força de atividade econômica, organizou-se o "Conselho Econômico e Social", integrante das Nações Unidas. Para enfrentar problemas de um mundo dividido, deu existência para outros organismos de natureza econômica como a "Comissão de Transportes e Comunicações", a "Comissão de Estatística", a "Comissão de População", a "Comissão para Comércio Internacional de Produtos Básicos", a "Comissão Econômica para a Europa", a "Comissão Econômica para Ásia e Extremo Oriente", a "Comissão Econômica para a América Latina" e o "Comitê de Assistência Técnica". Por isso, evidencia-se a necessidade dos Estados modernos — é o caso do Brasil — fazerem diplomacia, direito, mas também política econômica internacional. No fundo de tudo, estão duas palavras: crédito e confiança. Quando um país como o nosso — onde não é claro o caminho do governo e os negócios estão confusos — mesmo para a ONU será difícil atender fazendo investimentos reais que possibilitem sairmos definitivamente da crise que vai se tornando histórica.

Aqui no estrangeiro — falando acertado — a desconfiança prevalece com respeito à atual conjuntura brasileira. Parece que estamos divorciados do restante do mundo. Há ambiente de profunda especulação em torno da nossa situação nacional. Sendo assim pouco temos obtido da FAO. Em atrito nos encontramos várias vezes com o Fundo Monetário Internacional. Do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, criado junto com o Fundo Monetário, não conseguimos ainda de fato mobilizar recursos financeiros decisivos para programas de obras executadas ou garantidas pelo governo. Estamos inconscientemente lutando contra invisíveis moinhos de vento. Inflacionando e emitindo — emitindo e inflacionando — para manter normalidade impossível e uma atitude mentirosa de independência, quando o Brasil pelo que representa, deve impor atendimento pela confiança e pelo crédito, nos órgãos econômicos que compõem as Nações Unidas. Não podemos querer continuar enganando os outros nos enganando a nós mesmos. Outros países — os nomes não interessam — mais habilidosos, possuem por equívocos da nossa política internacional, posição que seria a nossa e de mais ninguém.

D'uma hora para outra, em economia política exterior, abandonamos a experiência acumulada, aquela experiência que ensina que é crescente interdependência econômica das nações, impõem-se em forma duradoura a necessidade de uma cooperação econômica mais efetiva e mais ampla. Nossas obrigações internacionais são americanas mas não estão limitadas únicamente ao continente americano. Somos uma nação livre e soberana dentro do mundo. Não para ficar neutra ou neutralizada. Não para guardar o silêncio da cautela amistosa. Mas para influir principalmente nos organismos econômicos internacionais, afirmado a vontade e as necessidades do Brasil. Lembraríamos aqui uma passagem de Ruy Barbosa, quando afirmou: "... a neutralidade não pode ser a abstenção, não pode ser a indiferença, não pode ser a insensibilidade, não pode ser o silêncio". Caminhos tortuosos

não levam para nenhum destino histórico. A loucura do desentendimento entre os homens do governo brasileiro, a loucura dos salários que são aumentados necessariamente por decreto governamental fazendo subir verticalmente o custo de vida, toda essa loucura juntada em termos de política exterior, contribui para a perda inexorável da nossa histórica posição internacional.

Excusei-me de comentar para não transmitir inverdades ou aleivosias perniciosas. Enquanto o Brasil não se firmar internamente ou não definir sua linha de conduta pública, nada conquistaremos de prático para a nação, afastados que estamos dos grandes conselhos econômicos e políticos internacionais. Excusei-me de comentar, quando Emílio Nunez, ex-presidente do Conselho de Segurança da ONU, em "carta" ao presidente Kennedy, acusava de manobras "subversivas" os presidentes Goulart e Arosemena, do Brasil e do Equador. Estamos sendo assim: estamos sendo atacados e não nos defendemos. Nem sequer mostramos sinais de vida junto aos organismos econômicos internacionais, a não ser — lamentavelmente — pedindo favores. O Brasil que precisa de tudo, que acima de tudo precisa de respeito, não pode fugir de reformular os princípios gerais da sua política exterior, não esquecendo os compromissos tradicionais e não esquecendo a sua natureza de país fundamentalmente marcado pelo imperativo das forças econômicas nativas - um país econômico sobre todas as coisas — mas largado aos imprevistos de um destino abandonado pela sorte agora quase sempre adversa e inconstante.

ESTABILIDADE PARLAMENTAR

N. YORK, — Dezembro de 1961 — Enfrenta-se perante a opinião pública norte-americana, uma grande dificuldade: a dificuldade de explicar as excelências do novo regime instituído no Brasil. Não faço tábua rasa da minha posição pessoal e nem o poderia fazer aqui no estrangeiro. Neste mesmo jornal, em comêço de agosto, escrevi série de artigos em **defesa do presidencialismo**, apontando os perigos do sistema parlamentar para uma nação de características sociais, econômicas e geográficas já afirmadas pela história. Aprofundada a reforma constitucional, ainda se apresenta ela com — não obstante o comportamento sincero e decidido do "premier" Tancredo Neves em defesa da nova ordem.

Meus conhecimentos práticos nunca permitiram conjugar Federação com regime parlamentar. Os exemplos que ficaram são expressivos: o parlamentarismo vingou em regimes unitários ou em regimes confederados. Não há exemplo do novo sistema em regimes de formação presidencialista cuja forma clássica foi aceita pelos Estados Unidos, Argentina e México, aqui no continente americano. Revelei, nesses artigos esquecidos, temores que acredito não se efetivem: o temor de que o parlamentarismo estendido aos Estados federados destrua a Federação, tomando o caminho da confederação e em con-

sequência provocando desentendimentos que podem levar o país ao desastre de uma luta de sesseção separatista. Em política, estamos forçados aos fatos. Os **fatos** de um regime no Brasil estão condicionados ao **habitat**, à geografia e aos interesses de imperativo econômico.

Votada porém a emenda constitucional, não nos resta alternativa senão aceitá-la. E dentro do processo democrático, se assim exigirem as condições de momento, alterar ou reformar novamente a Constituição, caso assim imponha a vontade de representação popular. Nossa obrigação agora, com o regime e com a nação, não é divergir, muito menos aqui no estrangeiro, quando lutamos e defendemos melhor compreensão, maior entendimento, maior respeito e maior crédito para nossos esforços de trabalho e de recuperação nacional. O prestígio do Congresso reside precisamente no atendimento das aspirações humanas e políticas do nosso povo, — não podendo, em tempo algum, se divorciar daquelas realidades que são vitais para a permanência do Brasil na comunhão internacional.

Quando o jornalista Edward C. Burks, publicou no "New York Times" nota sobre a crise brasileira esclarecendo o plano de governo para conter a inflação, reduzir o alto déficit apresentado pelo orçamento da União e estimular o desenvolvimento econômico, ficamos satisfeitos por dois motivos: saímos do silêncio e estávamos sendo compreendidos. A barreira do silêncio em torno do Brasil tem sido tão prejudicial como as críticas que se fazem sem amparo no conhecimento da nossa realidade econômica e social. De fato, os problemas cambiais não serão nunca resolvidos enquanto não sejam feitas as reformas internas de base. Mas há afirmação que não pode passar desapercebida, — a afirmação de que há descontentamento geral com o sistema parlamentar brasileiro, havendo queixas no Congresso, de Governadores, de jornalistas e de povo.

Tudo isso é inquietante, mas é natural. Não se muda um regime e não se reforma uma Constituição, sem o perigo dos grandes embates naturais de opinião. O país possui sensibilidade, nervos também possui, como está assentado na rotina da sua tradição humana e política. Queremos tão-somente, respondendo àqueles que nos observam, lembrar que os procedimentos de mudança institucional são normais etapas na vida de uma nação. O resto é exploração, — é exploração quando se discute agora os poderes drásticamente cortados do Sr. João Goulart ou quando se discute a convocação de uma assembléia para revisão constitucional e restauração de um forte regime presidencial. Não podemos adiantar nosso desenvolvimento nem resolver problemas de país em crescimento, aceitando críticas cujos objetivos se reduzem só: o facciosismo em busca da tomada do poder.

Nas conversas, nas difíceis dialogações mantidas com representantes de outras nações, será sempre nossa intenção a defesa honesta da necessidade de evolução para as instituições brasileiras. Politi-

camente, essa a verdade, — também não podemos ficar separados. Nossa crédito depende da sinceridade dos nossos propósitos. Uma missão nos está proposta: a missão de convencimento daqueles que duvidam da firmeza da orientação do governo do Brasil. Daqueles que acreditam que o Brasil ainda não tem consciência política formada, — e que os nossos tratados, acordos ou convenções possam ser rasgados sem motivações de ordem superior ou motivos de natureza internacional. Somos uma República vivendo os dramas do crescimento populacional. Falando a palavra da verdade brasileira, principalmente nos conselhos da ONU, uma advertência nos cabe para dizer que o Brasil é ainda o único país no mundo que resolve os seus problemas sem apelar para o desfôrço das armas e dos grupos militares.

Nossa posição, quanto ao desarmamento, foi clara e precisa através do pronunciamento do Senador Afonso Arinos. Não cabe à opinião internacional vislumbrar imprecisões de conduta, quando o que nos falta é decisão de atitudes com respeito aos interesses do Brasil perante o mundo. Quando quebrarmos essa muralha de silêncio que envolve o conhecimento das coisas do Brasil, então jornalistas como Edward Burks não escreverão mais, temerosos de que as coisas se mudam pela vontade dos homens afoitos. Assim não acontece em terras brasileiras. O povo está bem ou mal representado, mas está representado. Quanto ao parlamentarismo, — não é expressão que se use aqui fora, — mesmo não sobrevivendo ou mesmo estabilizando, já prestou grande serviço, — o serviço de permitir, sem convulsões violentas, a normalidade do processo democrático.

BRASIL DESCONHECIDO

NOVA YORK, — Dezembro de 1961 — Abandono hoje minha cadeira de atento observador no plenário e não participei das atividades costumeiras, para fazer turismo pelos caminhos difíceis que constituem em conjunto o vastíssimo edifício das Nações Unidas. Andei calmamente alguns poucos quilômetros. Estive na Sala dos Delegados, passei pelo Café, foi às Lojas, permaneci pouco no Restaurante, demorei na Livraria, visitei amigos nos andares da Administração, procurei a Biblioteca, detive-me vendo e lendo jornais do mundo inteiro, percorri as Comissões e a Secretaria Geral, desinteressadamente conversando, ouvindo, respondendo, — principalmente, é óbvio, perguntando sobre outros e respondendo sobre o Brasil, — êsse nosso Brasil ainda um grande desconhecido, não obstante o esforço justificado de missões, delegações, escritórios e consulados.

Foi dia, sem nada fazer, mas um dia bastante triste. Sómente quem está distante pode avaliar como é desagradável sentirmo-nos desconhecidos perante o conhecimento de outros povos. De geografia alguma coisa se sabe: sabe-se que estamos na América do Sul. Representantes de outras nações acertam a posição do Brasil: é o país maior produtor de café. Políticamente ganhamos pela falta de expres-

são característica. Dos nossos homens e dos nossos grandes homens, então quase nada de absolutamente nada. Nas livrarias, livros brasileiros, ou sobre coisas nossas, inexistem praticamente. Temerosamente experimentei perguntar: em média geral de senso comum, fala-se ainda de cinco nomes que ficaram de acontecimentos políticos. A maioria, dentro dessa média, me indagou de Oswaldo Aranha. Muitos curiosos existem sobre a influência de Getúlio Vargas. Outros queriam saber do atual presidente Goulart e de Juscelino Kubitschek. Quanto a Jânio Quadros, que meses atrás encheu manchetes de jornais, quase total e completamente esquecido agora...

Vivemos por força das delegações que para aqui mandamos. Enquanto presentes, o chão do Brasil está presente. Mas não é só em coisas de política. O mesmo acontece com a nossa literatura, com os homens de ciência, com as nossas universidades. Escritores nossos, se foram traduzidos, não são mencionados ou lembrados. Diariamente é possível ler com atraso de um dia, jornais como "Le Monde" ou o "Primeiro de Janeiro", de Paris e do Pôrto. Jornais brasileiros não existem e quando aparecem só aparecem na Missão ou no Consulado com atrasos irrecoráveis. O "Nova York Times" estampa qualquer notícia das nossas dificuldades, das nossas crises, das greves, das agitações, como estampa as ocorrências na República Dominicana ou na Guatemala. Nossa ausência é total na opinião pública norte-americana. O povo daqui, então, não conhece ou reconhece pelo lado verdadeiro. Conhece ou reconhece, tão somente, pelo exotismo de uma natureza tropical esplêndida e diferente. Somos procurados na ONU porque valemos um voto no conjunto geral das votações que decidem ou por que para aqui mandamos eventualmente, capazes chefes de delegação ou homens da experiência pública do Embaixador Gilberto Amado.

E' tempo de modificar essa triste condição de desconhecimento. Há uma forma: falando alto. Não basta que sejamos atendidos pelo Fundo Monetário Internacional. O presidente Kubitschek realizou milagre com a "Operação Pan-Americana": possibilitou a criação da "Aliança para o Progresso". O Itamarati está com a chave em mãos: a chave será orientar no sentido de luta as nossas tímidas representações. Estamos sendo demasiadamente humildes. Não devíamos chegar aqui apenas com instruções sob normas de conduta ou de normas como votar. Devíamos chegar aqui com programas que impressionem o mundo, tendo em conta dados afirmativos de consciência universal. O homem comum brasileiro é o mesmo homem comum europeu, africano ou asiático: comendo, vestindo é sobrevivendo. O Brasil é nação que está exigindo, não a consideração dos governos soviético, inglês ou norte-americano, mas a reciprocidade de conhecimento cordial dêsses governos.

Não admitimos desembarcar no estrangeiro falando de barrigas pedindo comida, de doenças querendo remédios, de terras pedindo

tratores, de café pleiteando amparo e proteção. As questões nacionais são nossas e de mais ninguém. Basta de tanta boa fé revelada e repetida. Temos capacidade para conviver com o mundo em termos de igualdade. Não comprehendi aquêle presidente que nos afastou dos países latino-americanos tentando nos tornar neutralistas e omissos! Sem espírito de direção nada conquistaremos de prático e de útil para o futuro. Nesta Casa agora e nesta Assembléia Geral, carregando os ônus da indiferença, numa identidade de ação mesmo nas divergências de pensamento, folgo em afirmar: o Brasil está mantendo suas tradições de respeito às liberdades políticas e aos direitos humanos. Desconhecidos — é contraditório afirmar, — estamos sendo respeitados. Nossa posição, o instante, não sofreu injunções condenáveis. Experiências nucleares, desarmamento, Congo, Argélia, é tarefa em que estamos representando, não sómente o governo do país, mas sobretudo o povo brasileiro. Muito melhor sentir a verdade dos fatos e procurar obter da verdade o ensinamento necessário para servir à causa do homem, que admitir limitações de vaidade que a ignorância convencional poderia aplaudir, mas nunca justificar.

CAMINHOS NOVOS

NOVA YORK, — Dezembro de 1961 — Estamos quase no final dos trabalhos desta XVI Assembléia Geral das Nações Unidas. Bem analisados, os resultados estão sendo satisfatórios e dentro de uma constante — a constante da luta pela garantia da paz. Depois da abertura do debate geral, assistimos a espetáculos magníficos de sobranceria, de raiva, de prepotencia, de cordialidade, de compreensão — mas debates comandados sempre pela afirmação da liberdade de dizer e de ouvir, de combater e defender, de elogiar e criticar. Nunca tantos homens reunidos — agora representando 103 países — puderam externar seus pontos de vista oficialmente com igualdade e sob a proteção do mútuo respeito político. Foram felizmente retomadas as negociações sobre a questão do desarmamento. O plano soviético foi discutido na extensão das suas abstrações teóricas. Aceitou-se, para conversa, a tese da supressão das fôrças armadas, da destruição de armas e munições de todos os tipos, a proibição completa das armas atômicas e de hidrogênio — numa demonstração de que a guerra apavora ambas as facções em litígio — não obstante as provocações contínuadas de ambas as partes.

Nas fisionomias antes assustadas observamos uma trégua de tranquilidade: o que agora não ficar decidido será na convocação extraordinária ou na XVII Assembléia Geral do próximo ano. Assim tem sido sempre para sossêgo no tempo do homem desesperado do nosso século. O Congo levou dinheiro, preocupações e possibilhou indecisões. Angola manteve cartaz internacional. Ruanda-Urundi passou a existir para conhecimento do mundo. Conferências científicas foram convocadas. Conferências que passarão a estudar a natureza dos problemas legais que possam ser suscitados pela ex-

ploração dêsse mesmo espaço cósmico. Estabeleceu-se programa para independência e desenvolvimento dos povos não-autônomos e dos países subdesenvolvidos. Condenou-se os efeitos das radiações atômicas. Não se objetivou plenamente ainda a jurisdição das Nações Unidas para o caso dos territórios sob tutela. Aceitaram-se planos de colaboração técnica. Novos projetos foram elaborados de pactos internacionais sobre os direitos do homem. O direito de asilo continua sagrado e respeitado. Está em término de formalização a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1962. Só mesmo quem tudo isso acompanhou poderá afirmar a importância das Nações Unidas para o futuro do mundo e o destino da humanidade.

Somos testemunhos: defender a paz contra a guerra, promover o progresso material dos povos, o progresso intelectual e o desenvolvimento, manter a hierarquia moral dos valores humanos, possibilitar o crescimento econômico, agrícola, industrial e tecnológico, instruir, educar e melhor alimentar o povo, proteger as nações pobres ou fracas — foram objetivos que se não foram ainda alcançados, pelo menos estiveram no centro dos debates e soluções desta Assembléia Geral. Somente em saber — agora ao que interessa — que a não-intervenção rege as relações entre os países da nossa época — é acontecimento para confortar. Sómente em saber — ao que interessa agora — que a supressão de qualquer escravidão do homem pelo homem ou pelo Estado, é direito assegurado aos povos que pretendem a liberdade — é fato que aconselha a defesa e a sobrevivência das Nações Unidas. Na verdade, o direito internacional jamais poderia ficar distante do intenso movimento de socialização que teve comêço nos fins do século dezenove para alcançar toda sua expressão no século vinte.

Para usar de lugar-comum a ONU está universalizada e democratizada. Na maioria dos casos realizou o milagre de pacificamente conseguir o reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos ou o direito à independência, sem nenhuma quebra do respeito pelas soberanias mais antigas.

Deveria, como o faz, suportar o impacto anticolonialista. Aumentando, principalmente na África, os novos Estados que se emanciparam da Inglaterra, da Bélgica e da França, dependeram em tudo e por tudo da consciência de universalidade humana que se apropriou do espírito da ONU, orientando seus propósitos de decisão e harmonia entre as forças em choque de uma mesma geração em guerra. Não entendam que todos os problemas estejam resolvidos. O mundo caminha por caminhos novos que amanhã poderão converter-se em novos caminhos de perturbação social. Esta tribuna universal — tribuna das Nações Unidas — fez verdadeira revolução nos princípios orientadores da comunidade internacional. Sua tendência é fortalecer-se para congregar todos os Estados da terra. Sómente assim representará todos os povos do universo, para repúdio

da violência e da escravização — para repúdio da violência e escravização provocadas pelas revoluções inúteis e pelas guerras de conquista. A liberdade dos povos depende da sobrevivência das Nações Unidas, principalmente daqueles povos "satélites" que existem e vivem com sua liberdade limitada à vontade das "grandes nações". Os caminhos novos estão aí — para que a história, não poucas vezes contraditora, desminta ou confirme a vocação de liberdade e de respeito pela personalidade **humana** do homem moderno.

OLHANDO O FUTURO

NOVA YORK — Dezembro de 1961 — Não me engano, foi Franklin Delano Roosevelt quem publicou livro de orientação de liderança humana, cujo nome tomou o título de LOOKING FORWARD. O grande presidente propunha-se através do bom entendimento mostrar duas coisas: **primeiro** os dados que possibilitariam o bom futuro dos Estados Unidos; **segundo** a necessidade para êsse futuro de uma política que chamou de boa-vizinhança. Anos passaram, novos acontecimentos eclodiram, outras áreas de esperança foram aniquiladas, continuando a América na mesma posição de falta de unidade de pensamento e de intercompreensão continental. A freqüência com que observamos homens e situações, o acompanhamento que nos permitimos fazer dos passos de pessoas altamente colocadas e responsáveis pela crise, muito amendronta quando decidimos analisar friamente e indisposição do Brasil para acertar horas com a realidade interna e externa da política internacional.

Ouvi de figura eminente nossa no estrangeiro críticas às decisões do Congresso Nacional, — principalmente quanto às deliberações da Câmara dos Deputados. Neste regime de soberania e de liberdade — de processo democrático representativo, — não há como escolher, — ou ficamos com a legalidade legislativa ou aceitamos os prejuízos eventuais históricos de ditadura de um só homem ou então de grupos. Acontece que os interesses de formação política estão acima dos interesses gerais da Nação. Não cabe à ninguém em tempo algum fazer senão àquela diplomacia que seja determinativa dos princípios do Governo que representa, — não concorrendo assim para o descrédito exterior do País e do seu povo. Somos o que somos e não aquilo que pretendem que sejamos. Superior aos pruridos pessoais são os poderes constituidos, — e neste caso também a Câmara dos Deputados.

Está claro que não isentamos de possíveis erros nem o governo e nem o atual regime. A história está cheia de equívocos consagrados pelo tempo. Mas não chegamos a admitir política exterior, — aquela que se faz aqui fora em nome do Brasil, — sem que sejam obedecidos normas comuns de ação pública internacional. Cada cidadão nosso investido de funções representativas no exterior, não possui outro caminho senão aquêle ditado pelas imposições da ordem

jurídica e social interna. O direito de crítica não transcende aos limites de fronteira nacional, — não sendo no sentido da informação que se presta às escadas hierárquicas superiores. No episódio, porém, o que surpreende não é a posição pessoal a que chegaram certos representantes diplomáticos e dos mais ilustres. O que surpreende é: verificar que em nossa política exterior, — não obstante a perspicácia do Ministro San Tiago Dantas que ainda está com a nossa confiança e admiração, — se encontra de tal modo deformada que o Itamarati, — assim o sentimos, — não está comandando no sentido elevado da unidade indispensável de pensamento e de conduta internacional.

Lamentavelmente as indecisões precipitaram acontecimentos, — que se anteriormente existente não eram sequer positivamente manifestados. Poderão afirmar que os inconvenientes surgem da abstração das camadas superiores de direção. Admitimos para justificar ou contestar. Então o êrro é muito mais grave ainda precisamente no instante em que o Brasil crescendo para o mundo, não consegue afirmar-se como expressão de força entre as nações. Piamente queremos acreditar que a diplomacia deva ser quando no estrangeiro, uma mesma palavra, uma mesma voz, uma mesma política, um mesmo gesto, — sem que isso impeçam as tergiversações do brilho individual por onde se engrandecem os verdadeiros estadistas e os autênticos homens de espírito político. Assim como vamos, vamos indo muito mal. Reclama-se aquela unidade preservada para os Estados Unidos pelo saudoso Roosevelt, que seria a verdade de uma política de Estado capaz de refletir em estímulos de confiança e crédito a vontade da nação, — da nação não fechada em compartimentos estanques, — mas como um todo único de síntese das aspirações ordenadas pela própria Constituição.

O moderno direito Internacional apenas nasceu individualista. Nesta nossa época, — o futuro próximo dirá, — não prevalecerão mais os poderosos Estados nacionais e centralizados, celebrados pelo absolutismo na soberania do direito de conquista. O regime do individualismo absoluto na ordem internacional, já acabou. Tanto sabem disso os afro-asiáticos como sabem os latino-americanos. Sendo assim como ficar nas convicções clássicas de que a nossa política deva ser continental, de livres investimentos econômicos ou de lucros excessivos de capital estrangeiro que escapam das reinversões? Ora, todos sentem que o nacionalismo econômico dos países subdesenvolvidos teme precisamente isto: que emprêsas estrangeiras busquem lucros exorbitantes com o sacrifício do operariado nacional; que essas emprêsas imponham preços elevados ao consumidor doméstico, em muito pouco contribuindo para a renda social ou a riqueza coletiva. Não sei, mas para mim, essa diplomacia de boas gestões, — diplomacia política, — deixou de existir. Ela, essa diplomacia, hoje, é econômica e fundamentalmente ligada aos sentimentos elementares de vida de um povo ou nação. Assim, propondo boa-vizinhança, Roosevelt olhou para o futuro norte-americano. Assim, os

brasileiros, não repudiando as boas amizades, também em respeito das instituições, devemos olhar para o futuro do Brasil. Não acredito, porém, em tanto patriotismo para tantos continuados sacrifícios de morte e de miséria, — sacrifícios de morte e miséria na abstenção de um mundo novo trilhando caminhos novos. Até certo ponto diplomacia e ONU, — também é a conquista difícil do plenário das Nações Unidas.

CONCLUINDO

Nada tão real quanto o mundo humano dos nossos dias. Das observações que fizemos muitas em sua maioria ainda perduram como verdadeiras. Do ponto de vista brasileiro, alguns fatos aumentaram de gravidade. Outros passaram sem maior importância de fixação histórica. Os rumos da política internacional, caso os responsáveis não atentem para o grande drama da nossa época, favorecem no choque das crenças e das idéias que se exportam, a expansão dos motivos guerreiros. O perigo não está sómente no êxito das explosões nucleares. Os juristas precisam enfrentar problema não sómente de relações estatais. A humanidade cresce em proporção assustadora. Daí a pergunta que envolve motivo de segurança para toda comunidade social: **como sustentar alimentando uma população duas vezes maior quando dois terços do globo terrestre já vive desesperado e faminto?** As estatísticas existentes falam para convencer. Hoje somos três bilhões de seres humanos sobre a terra. No início do Século XXI, dados imediatos e técnicos estão explicando, que seremos muito mais. Contando com os pólos Norte e Sul, com os desertos, as serras e as montanhas, daqui alguns séculos se continuarmos na mesma progressão, não haverá metro quadrado para cada pessoa. Imagine-se o tráfego das grandes cidades daqui há cinqüenta anos... Desde agora que a capacidade para produzir alimentos não basta para o consumo normal das populações. As investigações assim fazem prova. Com o alongamento do tempo médio de vida, com a realidade dos progressos da ciência médica, será imperativo necessários nova atitude frente ao mundo e frente ao homem.

A paz mundial não se limita no acordo pacífico entre os Estados mais poderosos. Por acaso diríamos como Camões na **Egloga XII:**

**"Agora, Alciso, enquanto o nosso gado
Pasce diante nós manso e seguro,
Sentemo-nos aquí neste abrigado.**

Acredito que não. Os **abrigados** são abrigos subterrâneos nas cidades entregues à proximidade das violências atômicas. **São Christophe**, personagem de Romain Rolland, **atravessou o rio**. Alcança por fim a outra margem. **E diz à Criança:** — "Eis-nos enfim chegados! **Como és pesada!** Criança, quem és tú!" **E a criança disse:** — "SOU O

DIA QUE VAI DESPONTAR". Enquanto isso os gastos mundiais com armamentos não são reduzidos. Poucos recursos para a realidade são aplicados em programas de proteção de saúde ou no aumento da produção de alimentos. A **"Declaração Universal de Direitos Humanos"**, aprovada e proclamada na Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948, assegura que **"todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e a segurança da sua pessoa"**. Mas o mundo continua dividido pela volupia das riquezas não divididas. Nada cabe ao **indivíduo** como força física humana isolada. Na verdade a política, como a técnica e a economia, fôrças contingentes materiais, levam ao despotismo e ao esmagamento dos menos poderosos. O **poder político**, principalmente, absorvente no seu domínio, transcende nos abusos e corrompe-se na escravização. Num mundo em fome, ameaçado pelo futuro, vivendo as incertezas do presente, o homem se apaga na humilhação dos esforços inúteis e desesperados.

Os problemas, cada dia que passa, aumentam em progressão geométrica. Sómente os insensíveis e os loucos não sentem as razões do fenômeno da destruição universal. Haroldo Valadão afirmou com sabedoria: **"a salvação do homem, presa dos poderes totalitários, está na subordinação da Política, da Economia, da Técnica, através do Direito aos grandes princípios da Justiça"**. Nada mais certo. Porque fóra do direito não há salvação. As decisões internacionais, pelos órgãos atuantes dos seus corpos superiores, precisam não fugir ao sentido da cooperação inter-social. Principalmente da cooperação inter-econômica. O aproveitamento pacífico do espaço cósmico, o combate às radiações atômicas o choque de blocos antagônicos, aumentam a fabulosa engrenagem bélica. Mistér se faz universalizar o **direito internacional** como fôrça coatora de entendimento entre as nações. A **Carta das Nações Unidas**, também promulgada pelo Brasil, através do Decreto n.º 19.841, de 22 de Outubro de 1945, traz como obrigação **"preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vêzes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade"**. Para tanto, graças a Deus, a ONU avançou no seu processo de paz e de pacificação. Quando registramos nosso testemunho assim o fazemos certos de que os obstáculos possam ser em tempo superados. As populações aumentam em círculos fechados de fome, a produção não aumenta em proporção do aumento populacional, o idealismo presente não esconde a realidade dura do futuro, mas ao homem compete atender o homem onde ele exista e viva e sem distinguir imposições de raça, côr, sexo, idioma, religião, opinião política, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição.